

PATRÍCIA DENKEWICZ

**CULTURA E NATUREZA: DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NA ILHA
DO MEL, PARANÁ.**

Irati
2016

PATRÍCIA DENKEWICZ

**CULTURA E NATUREZA: DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NA ILHA
DO MEL, PARANÁ.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento Comunitário, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração em Desenvolvimento Comunitário, da UNICENTRO.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Marçal Gonzaga.

Irati
2016

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

D396c	<p>DENKEWICZ, Patrícia</p> <p>Cultura e Natureza: desenvolvimento comunitário na Ilha do Mel, Paraná / Patrícia Denkewicz. – Irati, PR : [s.n], 2016. 116f.</p>
	<p>Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Marçal Gonzaga</p> <p>Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Área de concentração em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR.</p>
	<p>1. Turismo – dissertação. 2. Conflitos socioambientais. 3. Impacto – preservação – conservação. 4. Unidades Administrativas. I. Gonzaga, Carlos Alberto Marçal. II. UNICENTRO. III. Título.</p>
	CDD 333.7

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Carlos Alberto Marçal Gonzaga, pela sua disponibilidade, conhecimento e dedicação e o seu espírito crítico e verdadeiro que me incentivou.

Quero deixar uma palavra de consideração ao Professor Doutor Eduardo Harder pela recepção na Universidade Federal do Paraná, campus do Litoral, e por suas sugestões e disponibilidade em me ajudar. Agradeço, também, ao Professor Doutor Luiz Mascarenhas pelas sugestões e correções em meu trabalho.

Gostaria de agradecer a todos os meus queridos amigos e colegas de mestrado, em especial ao Tiago Grespan, à Renata Brasileiro, à Pâmela Cristine Barbosa, à Karem Barbosa, ao Mauro Alessandro Karasinski e ao Geovanny Broetto Besinella, pelo apoio durante esse período.

Minha gratificação a toda minha família, em especial a meu pai Edmundo, que desde o início sempre me apoiou e incentivou. Aos meus irmãos Lucas e Letícia, minha avó (Lilian) e tia (Sueli) por toda a preocupação, compreensão e ajuda.

Um agradecimento especial à Leucira Mitchella, à Cristiane e à Alcione, pelo amor, pelo apoio e ajuda incondicional que sempre demonstraram e, principalmente, por transformar minha estadia na Ilha do Mel algo excepcional, oferecendo-me uma segunda casa e uma segunda família.

Muito obrigada a todos!

"Quem compreende que o mundo e a verdade sobre o mundo são radicalmente humanos, está preparado para conceber que não existe um mundo em si, mas muitos mundos humanos, de acordo com as atitudes ou pontos de vista dos sujeitos existentes" (W. Luyjpen).

RESUMO

O turismo é uma atividade que promove o deslocamento das pessoas, as quais buscam conhecer novos lugares e obter novas experiências, uma busca incessante pelo prazer. Dessa forma, pode-se afirmar que a atividade turística é um importante fator de desenvolvimento das comunidades locais, sendo contribuinte ao desenvolvimento local, o qual pode ser compreendido como a busca pela qualidade de vida de determinada comunidade, tendo os indivíduos que a compõem uma efetiva participação em todo o processo. Como objeto de estudo, abordou-se a Ilha do Mel, importante atrativo turístico do estado do Paraná, onde localiza-se duas Unidades de Conservação, as quais possuem diretrizes administrativas restritivas para manter a preservação ambiental concomitante às interações culturais promovidas pelo turismo. Desse modo, apresenta-se como objetivo geral dessa pesquisa analisar os impactos das limitações legais e das interações interculturais interpostas ao desenvolvimento comunitário da Ilha do Mel, PR. Propõe-se realizar o levantamento das principais limitações legais interpostas ao desenvolvimento comunitário da Ilha do Mel. Buscou-se analisar os impactos culturais na comunidade da Ilha do Mel por meio da atividade turística, na perspectiva de transformação e resistência cultural. Buscou-se, também, estudar a relação existente entre a comunidade e as Unidades de Conservação. A metodologia empregada foi de abordagem qualitativa, cujos instrumentos de pesquisa foram entrevistas individuais e coletivas, observação participante e pesquisa documental baseada nas diretrizes administrativas. Concluiu-se que os impactos das limitações legais e das interações interculturais no desenvolvimento comunitário da Ilha do Mel, PR, decorrem, em parte, de fatores alheios às comunidades locais e que, posteriormente, suscitam transformações endógenas irreversíveis. Tais transformações causam conflitos socioambientais que, em determinados momentos, limitam as comunidades na preservação de seu modo tradicional de vida.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Comunitário; Cultura; Unidade de Conservação; conflitos socioambientais; Ilha do Mel.

ABSTRACT

Tourism is an activity that promotes the displacement of people, who seek to know new places and get new experience, a relentless search for pleasure. Thus, it can be said that tourism is an important factor in development of local communities, and contributing to local development, which can be understood as the search for the particular community quality of life, and individuals to make up for effective participation in the whole process. As the object of study addressed to Honey Island, a major tourist attraction in the state of Parana, which is located two protected areas, which are no restrictive administrative policies to maintain environmental preservation concomitant to cultural interactions promoted by tourism. Thus, it is presented as a general objective of this research to analyze the impact of legal restrictions and filed intercultural interactions community development of Ilha do Mel, PR. It is proposed to carry out the survey of the main legal limitations filed to community development of Ilha do Mel. It sought to analyze the cultural impacts on Honey Island community through tourism, in view of transformation and cultural resistance. And it was also necessary to study the relationship between the community with the Conservation Units. The methodology of qualitative approach, whose research instruments were individual and group interviews, participant observation and document research based on administrative guidelines. It is concluded that the impact of legal restrictions and intercultural interactions in community development of Ilha do Mel, PR, partly result from factors unrelated to local communities and subsequently raise endogenous irreversible transformations. These changes cause environmental conflicts that, at certain times, limited communities in preserving their traditional way of life.

Key-words: Community Development ; Culture; Conservation Unit ; Environmental conflicts ; Ilha do Mel.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABALINE - Associação dos Barqueiros do Litoral Norte do Estado do Paraná

CEELIP - Comissão Especial para Estudos das Ilhas do Estado do Paraná

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITCF - Instituto de Terras e Cartografia Florestal

MINEROPAR - Minerais do Paraná

OMT - Organização Mundial de Turismo

PARNA - Parque Nacional

PR - Paraná

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC - Unidade de Conservação

WCED - *World Commission on Environment and Development*

Sumário

1	INTRODUÇÃO	11
2	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	14
2.1.	COMUNIDADES EXISTENTES NA ILHA DO MEL	23
2.2	CONSELHO GESTOR	25
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	27
3.1.	CAMINHO METODOLÓGICO	27
3.2	DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E ESCOLHA DO SUJEITO DE PESQUISA	28
3.3	COLETA DE DADOS	29
3.4	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	29
3.5	ANÁLISE DOS DADOS	32
4.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	34
4.1.	A PERCEPÇÃO DA REALIDADE ATRAVÉS DA SOCIOLOGIA E FILOSOFIA	34
4.2.	CULTURA NA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA	38
4.3	IDENTIDADE E MEMÓRIA	44
4.4	PROCESSOS CULTURAIS	47
4.5	ACULTURAÇÃO	47
4.6	RELATIVISMO CULTURAL	49
4.7	ETNOCENTRISMO	51
4.8	ALTERIDADE	52
4.9	CULTURA CAIÇARA	54
4.10	RELAÇÕES INTERCULTURAIS: INTERCULTURALIDADE	58
4.11	DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	60
4.12	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	65
4.13	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	70
4.14	ECOTURISMO	76

4.14.1	Princípios do Ecoturismo	78
4.15	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	81
5.	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	82
5.1	LEI ESTADUAL 16037/2009 COMO POSSÍVEL FATOR LIMITANTE DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA ILHA DO MEL	82
5.2	IMPACTOS CULTURAIS: NA PERCEPÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO E RESISTÊNCIA.....	86
5.3	RELAÇÃO EXISTENTE DA COMUNIDADE E A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	94
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
	REFERÊNCIAS	101
	APÊNDICES.....	111
	Roteiros de entrevistas	112
	Roteiros de entrevistas	113
	Roteiro de entrevista coletiva	114
	DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO	115

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, considera-se o turismo como possível fator de desenvolvimento das comunidades locais. No entanto, pouco se levanta sobre as limitações interpostas para tal desenvolvimento. Nesse sentido, aborda-se o caso da Ilha do Mel, a qual faz parte dos principais atrativos turísticos do Estado do Paraná.

A ilha é localizada no litoral paranaense, na entrada da Baía de Paranaguá e é muito apreciada, tanto por suas belezas históricas e naturais, quanto por sua importância ecológica. Seus atributos são um número significativo de turistas, os quais impactam positivamente na economia local, com a geração de renda pela prestação de serviços turísticos. Não obstante, o turismo também causa significativos impactos ambientais negativos, decorrentes do aumento da geração de resíduos e depleção de recursos naturais (GONZAGA e DENKEWICZ, 2013).

O turismo é uma atividade que, a partir do deslocamento das pessoas, proporciona prazer e satisfação aos visitantes que, além de conhecerem novos lugares, conhecem também novas culturas. Na Ilha do Mel, o turismo tornou-se a principal fonte de renda, envolvendo cerca de 90% da população residente na alta temporada, tornando-se um importante fator de desenvolvimento.

Nesse sentido, busca-se abordar a atividade turística como contribuinte ao desenvolvimento comunitário, o qual pode ser compreendido como a busca pela qualidade de vida de uma comunidade, considerando a efetiva participação dos indivíduos que a compõem em todas as circunstâncias do processo, o qual engloba os fatores econômicos, culturais, sociais, políticos, ecológicos e administrativos. De acordo com Gutiérrez (2013), o desenvolvimento comunitário é definido como um processo de participação, em que todos os indivíduos componentes das coletividades participam e compartilham dos resultados, nos quais está envolvida a melhora das condições de vida.

Os comportamentos dos turistas exercem influência cultural na população local, o que contribui para a descaracterização da cultura típica da comunidade. Devido a isso, com vistas a se evitar irreversibilidades ambientais e fortalecer a valorização da cultura local, foram definidas limitações legais

específicas que orientam algumas políticas públicas para a gestão territorial e das atividades socioeconômicas na Ilha.

Entende-se que, devido à convivência intensa entre as comunidades nativas e os turistas, a cultura local da Ilha do Mel modifica-se, pois os moradores acabam influenciados pela nova cultura apresentada pelos visitantes. Diante dessa observação, propõem-se, nesse trabalho, abordagens sobre a Cultura e seus processos, como relativismo cultural, etnocentrismo, aculturação, alteridade e interculturalidade, com o objetivo de analisar o contexto existente na Ilha do Mel.

O turismo, além do desenvolvimento comunitário, relaciona-se com a interdisciplinaridade, devido ao envolvimento de profissionais de diversas áreas dialogando entre si, o que resulta em múltiplas interações.

A cultura nativa da Ilha do Mel é a caiçara, a qual, segundo Adams (2000), é proveniente da mistura entre portugueses e índios que habitavam o litoral do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro e viviam da pesca artesanal e agricultura de autoconsumo. Atualmente, as comunidades nativas vivem em um meio social misto, uma espécie de nova comunidade de caiçaras e empreendedores capitalistas que o turismo vem estimulando.

Ainda, pensando nos impactos negativos, porém agora no âmbito ambiental, abordam-se as limitações legais que versam sobre a proteção ambiental e cultural do local, ou seja, leis que buscam prevenir o impacto ambiental negativo causado pelas atividades turísticas. Entretanto essas limitações esbarram no desenvolvimento da comunidade residente, a qual é coibida.

Para uma compreensão abrangente de tal situação, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre Unidades de Conservação, desenvolvimento sustentável e Ecoturismo. Buscou-se embasamento teórico para uma tentativa de harmonizar os interesses do turismo com o do desenvolvimento sustentável das comunidades locais, a fim de preservar o meio ambiente e a cultura das comunidades tradicionais caiçaras.

Desse modo, em uma reflexão sobre o contexto analisado, esta pesquisa guia-se pela seguinte problemática: as limitações legais para a preservação ambiental e as interações culturais, impostas pela atividade

turística, impactam positiva ou negativamente no desenvolvimento comunitário da Ilha do Mel, PR?

Tal problemática justifica-se pelo interesse em compreender a dinâmica do desenvolvimento das comunidades da Ilha do Mel, em obter informações sobre a realidade dessas comunidades no que se refere ao cotidiano dos sujeitos residentes e às limitações interpostas ao seu desenvolvimento.

Buscou-se uma abordagem holística sobre os impactos que a comunidade local enfrenta diante das limitações impostas, tanto pelas condições ambientais quanto pelas determinações legais e interações culturais.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa foi o de analisar os impactos das limitações legais e das interações interculturais, interpostas ao desenvolvimento comunitário da Ilha do Mel, PR. Os objetivos específicos consistem em levantar as principais limitações legais interpostas ao desenvolvimento comunitário da Ilha do Mel, identificar os impactos culturais das atividades turísticas nas comunidades da Ilha do Mel e estudar a relação existente entre as comunidades locais e as Unidades de Conservação estabelecidas em seu território.

Esta apresentação da pesquisa está dividida em cinco seções, além desta introdução. Inicialmente expõe-se a caracterização da área de estudo. Em seguida a metodologia, seguida da revisão bibliográfica, a qual busca esclarecer os pontos mais relevantes da pesquisa, como cultura e meio ambiente. Após apresentam-se os resultados e análises, os quais são compostos por subcapítulos derivados dos objetivos específicos da pesquisa e, por fim, as considerações finais que abrangem os objetivos e a problemática.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Ilha do Mel, segundo Mocellin (2012), no século XVIII era habitada pelos índios Carijós. Inicialmente foi nomeada de Ilha da Baleia, devido ao seu formato lembrar o animal. Sobre a origem de seu nome atual há diversas versões como "[...] antes da segunda guerra mundial a Ilha era conhecida como a do Almirante Mehl[...]"; "pela produção de mel, pois alguns marinheiros aposentados, que residiam no local, passaram a dedicar-se à apicultura, produzindo mel em grande escala, o qual também já era produzido pelos Carijós"; há também a versão de que "devido à presença de mercúrio na água doce da Ilha, em contato com a água salgada, fica com tom amarelado, semelhante ao mel" (MOCELLIN, 2012, p.17).

Figueiredo (1954) também apresenta uma explicação à origem do nome. O autor afirma que anteriormente à década de 1950, extraía-se muito mel silvestre em quantidade significativa nas florestas locais, em uma época em que o açúcar industrializado quase não era comprado e os alimentos eram adoçados com o açúcar da cana da própria Ilha junto com o mel.

Na data de 24 de fevereiro de 1983, segundo Harder (2014, p.18), "[...] a Ilha do Mel conheceu formalmente seu proprietário, a 'União Federal', possuindo o direito de exercer posse sobre ela: o 'Estado do Paraná'. Por meio de um contrato, houve a 'cessão sob regime de aforamento', em 13 de setembro de 1982".

Sob posse do Estado do Paraná, a Ilha do Mel foi alvo de diversos projetos, que em sua maioria visavam dinamizar a atividade turística. Inicialmente, segundo Eduardo Harder (2014), em 1970 houve a primeira proposta referente à urbanização da Ilha do Mel, apresentada pelo escritório Müller Procopiak Arquitetos. Já em 1972, Harder (2014) afirma que houve a encomenda de um Plano diretor pela Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR), também referente à urbanização, tendo como arquiteto responsável Rubens Meister, o qual teve a oportunidade de reformular sua proposta em 1980, apresentando um novo Plano Diretor. No entanto, entre os projetos de 1972 e 1980, houve outra proposta, apresentada em 1975, pelo escritório de Jaime Lerner, semelhante ao de Rubens Meister.

Em 1980, Harder (2014, p. 27) afirma que houve o interesse do engenheiro civil Ayrton Lolô Cornelsen de transformar a Ilha " [...] em um grande complexo turístico de escala internacional", o qual possuiria " [...] áreas recreativas, com hotel, iate clube, restaurante, conjuntos esportivos, estabelecimentos comerciais, exposições e espetáculos, clube hípico, náutico, ancoradouro, iate, aquahome, golfe, tiro ao alvo e voo.

Ainda de acordo com Harder (2014), esses planos diretores eram também nomeados de "planos de aproveitamento turístico" e prognosticavam viabilização empresarial da Ilha (Jaime Lerner):

[...] Propunham uma radical alteração no modo de vida local, com a construção, por exemplo, de um sistema viário composto por "uma via principal no sentido norte-sul e vias internas às zonas residenciais", com previsão de construção de edifícios na orla (Müller Procopiak Arquitetos), ou ainda um zoneamento habitacional com base em classes sociais, no qual os moradores locais seriam alocados em uma zona residencial de classe "c" (Rubens Meister). Previam um acesso marítimo e também aéreo, além da criação de parques com "exibições aquáticas", da "vida primitiva dos nativos", "lojas típicas e restaurantes" e comercialização de souvenirs culturais (Rubens Meister)" (HARDER, 2014, p. 26).

De acordo com as colocações de Harder (2014), pode-se observar grande interesse no avanço das atividades econômicas ligadas ao turismo, seguindo vias capitalistas, objetivando apenas a obtenção de lucros. Percebe-se que os moradores são deixados no esquecimento, como se sua existência, na Ilha se resumisse apenas em um detalhe.

Harder (2014) aponta que, após a proposta do engenheiro Ayrton Lolô Cornelsen, houve uma movimentação da sociedade local para impedir a execução do projeto, pressionando socialmente o governo do Paraná. Tomou-se a iniciativa de pleitear o contrato de cessão da Ilha do Mel e "[...] estrategicamente somando a patrimonialização cultural da ilha, voltada a conter o avanço de uma fronteira econômica ligada ao turismo internacional" (HARDER, 2014, p. 29).

O governo estadual iniciou o processo de tombamento da Ilha, datado em 16 de maio de 1975, com o intuito de impedir o turismo predatório e conservar os hábitos culturais e a vegetação natural. O Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná efetuou o tombamento da Ilha do Mel. No entanto, o interesse pela preservação do Patrimônio histórico e natural

da Ilha do Mel remota a 1953. Nesse tombamento determinou-se que toda nova implantação de infraestrutura turística só poderia ser construída depois de aprovada pelo conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (PARANÁ, 1990).

A Ilha do Mel possui um Zoneamento Ecológico e de Uso Público e está localizada no litoral do Estado do Paraná, na entrada da Baía de Paranaguá. Ao norte, localiza-se a Ilha das Peças e o Parque Nacional de Superagui, separados pelos canais Norte e Sudeste; ao sul, localiza-se o Balneário de Pontal do Sul, em Pontal do Paraná, separado pelo Canal da Galheta (SEMA/IAP, 1996).

O acesso à Ilha é a partir da travessia, que é realizada através de transporte marítimo, realizado por barcas da Associação dos Barqueiros do Litoral Norte do Estado do Paraná (ABALINE), com duração em média de 30 minutos a partir do balneário de Pontal do Sul e 1h45 minutos, a partir de Paranaguá.

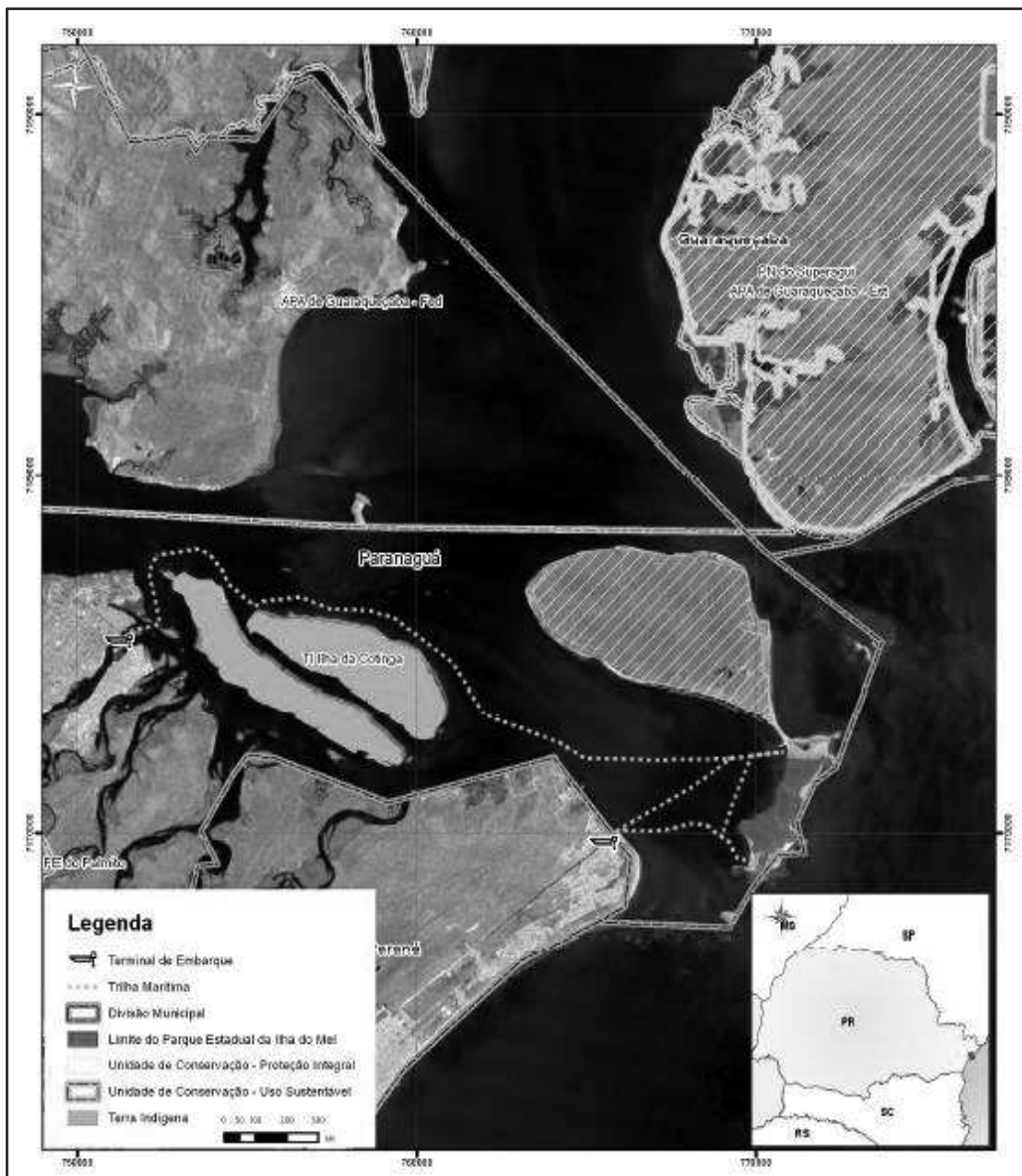


Figura 01 - Localização da Ilha do Mel - PR
Fonte: Plano de Manejo, Engenharia de Projetos Ltda, (2011).

Pode-se observar na Figura 01, a localização da Ilha do Mel no Litoral paranaense, estando precisamente na desembocadura da Baía de Paranaguá, município de Paranaguá.

Em 15 de abril de 1982, o serviço de patrimônio da união transferiu a administração da Ilha para o Instituto Ambiental do Paraná e, no dia 21 de setembro de 1982, o Governo do Estado do Paraná instituiu a Estação Ecológica da Ilha do Mel, uma categoria de Unidade de Proteção Integral, a qual engloba manguezais, restingas, brejos litorâneos e caxetais. Foi instituída também a Reserva Natural, na qual as visitas são permitidas apenas com o fim educacional.

Segundo documento do IAP (2012), o interesse na proteção ambiental levou a transformar a maior parte do território da Ilha do Mel em uma Estação Ecológica que, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é uma categoria mais restritiva, que prioriza a preservação e a pesquisa científica, sendo que a visitação pública, a fins turísticos, não é permitida. Contudo, há exceção de visitas direcionada à educação ambiental mediante autorização expressa do IAP.

No Brasil há outras ilhas que possuem Unidades de Conservação, como, por exemplo, o Arquipélago de Fernando de Noronha que é dividido em Parque Nacional Marinho e Área de Proteção Ambiental. Cada área protege o meio ambiente para assegurar a preservação das espécies e a ocupação humana racional.

No sentido de conservação, grande parte do território norte da Ilha é constituído pela Estação Ecológica, que limita-se a Oeste com a Zona de ocupação representada pelo antigo povoado da Ponta Oeste. Na parte Leste, a Estação limita-se com o Morro da Baleia, não incluindo o perímetro desta. Ao Sul, limita-se com a área de serviços hoteleiros na zona de ocupação de Nova Brasília.

Segundo Harder (2014), a Estação Ecológica da Ilha do Mel foi criada rapidamente, sem a realização de estudos consistentes sobre sua pertinência e viabilidade. Sobretudo, não existiu qualquer modo de consulta prévia às pessoas da Ponta Oeste, comunidade mais impactada por sua criação.

O autor Harder (2014, p.57) ainda afirma que "[...] o próprio Plano de Manejo da Estação Ecológica da Ilha do Mel, aprovado pelo governo paranaense em 2013, ressalta os impactos da criação desta unidade de conservação da natureza sobre a coletividade da Ponta Oeste".

Entretanto, de acordo com o artigo 2º, do Decreto 5.454/82, a totalidade da área, destinada à Estação Ecológica, objetiva, em caráter permanente, a preservação da biota. São de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná a administração e fiscalização desse território. (ITCFP, p. 100, 1986).

Em 1981 foi instituído, a partir do relatório nº 02 do ITCF/CEELIP, o Plano de Uso da Ilha do Mel, com o objetivo de preservar o meio ambiente e os bens culturais da Ilha, definindo a ocupação de seu solo e promover a melhoria na qualidade de vida dos moradores. Esse plano ganhou nova versão em

2012, porém os objetivos foram mantidos, com uma configuração mais atualizada.

Antes da atualização do Plano de Uso, em 2002, foi criado o Parque Estadual da Ilha do Mel, por meio do Decreto Estadual nº 5.506. A área protegida do parque é de 337,84 hectares, representando cerca de 12% da Ilha. Sua composição é formada por praias, costões rochosos, áreas de influência marinha, importantes remanescentes da Floresta Ombrófila Densa Submontana e Terras Baixas associadas à Floresta de Restinga, sítios arqueológicos, como os sambaquis, e a rica fauna (Celepar, 2011).

Pierre e Kim (2008) apontam que, antigamente, na parte Sul da Ilha foi estabelecida uma área de preservação, a Reserva Natural. A situação da área, posteriormente, tornou-se um problema, pois não fazia parte das categorias de manejo do SNUC. Esse problema é o que teria motivado a criação do Parque.

Com o Plano de uso e o decreto, entende-se que a Ilha foi dividida em duas grandes zonas: a de ocupação e a de preservação. De acordo com a Lei 16.037/09, que institui o Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel (2012), o zoneamento da Ilha apresenta-se da seguinte maneira:

- Área da Estação Ecológica - AEE: que abrange toda a planície norte da ilha até o limite das vilas de Nova Brasília e da Fortaleza;
- Área do Parque Estadual - APE: que compreende a porção sul da ilha, entre os limites das vilas de Encantadas e Farol;
- Área de Costa - AC: que compreende uma faixa que contorna a ilha desde a praia até 300m (trezentos metros) mar adentro; a área denominada Saco do Limoeiro e a área do istmo;
- Área de Ocupação de População Tradicional Local - AOPT: que corresponde a uma área de aproximadamente 1,6 hectares, situada na vila da Ponta Oeste;
- Área de Reversão - AR: que corresponde à área ocupada na Praia Grande;
- Área de Controle Ambiental - ACA: que compreende as porções de terra que fazem divisa entre as unidades de conservação (Estação Ecológica e Parque Estadual) e as demais Áreas; as faixas de preservação permanente ao longo das margens dos rios nas respectivas vilas; a área assoreada na vila do Farol e o morro do Farol das Conchas;
- Área de Vilas - AVL: abrangendo as áreas ocupadas de Fortaleza, Nova Brasília, Farol e Encantadas, numa extensão de 58,17 hectares;
- Área Verde - AV: que engloba todas as áreas de uso público localizadas em quaisquer das vilas da Ilha do Mel, tais como: largos, praças e todas as porções de terra que não configurem ocupações, do que estão excetuadas as trilhas, conforme apresentado no mapa de zoneamento;

- Área de Praia - AP: faixa de areia de todas as praias da Ilha do Mel (PARANÁ, 2009).

Essa divisão possui relevante importância para a preservação do local, pois confere ao IAP um controle maior sobre a área. Isso, no entanto, não significa êxito na questão, devido à precária estrutura de sinalização, que dificulta o entendimento de localização dos limites de cada zona. Na Figura 02 é possível observar os relativos zoneamentos da Estação Ecológica e do Parque Estadual.

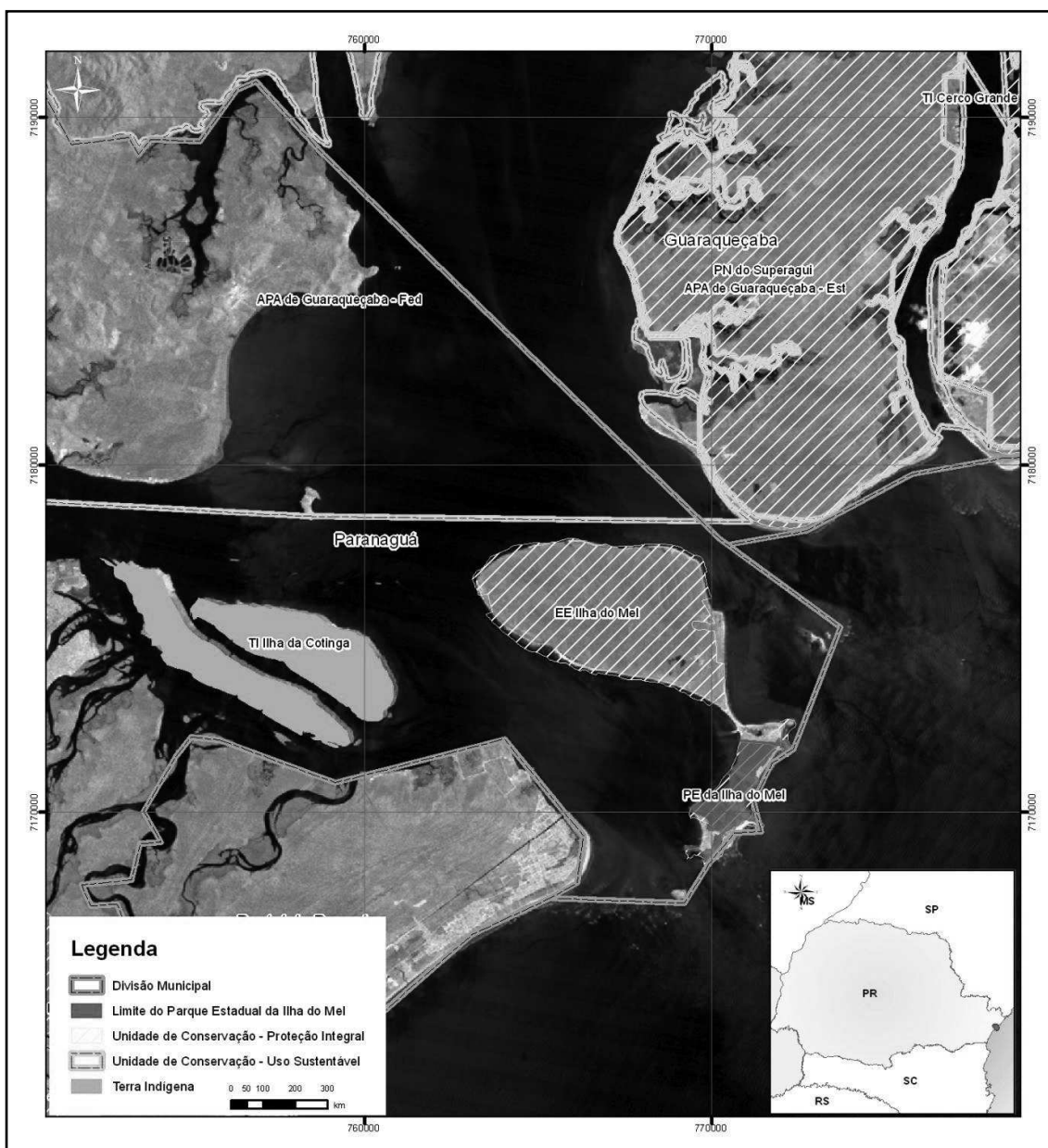


Figura 02 - Localização do Parque Estadual da Ilha do Mel
 Fonte: Plano de Manejo, Engenharia de Projetos Ltda, 2011.

Em relação à formação da Ilha, Figueiredo (1954) afirma que é composta por 13 praias, nomeadas como Praia do Farol, Praia de Fora, Praia Grande, Praia do Miguel, Mar de Fora, Praia da Boia, Prainha, Praia do Bananal, Praia do Belo, Praia de Nova Brasília, Praia do Limoeiro, Praia do Istmo e Praia da Fortaleza.

Figueiredo (1954) afirma também que a região possui cinco morros com altitudes pouco elevadas os quais se concentram, em sua maioria, na parte sul. O morro que se destaca é o Morro do Miguel ou Bento Alves, ponto culminante da Ilha do Mel, com 150 metros. O morro do Farol possui 50 metros; o do Morro Joaquim 65 metros; o Morro do Meio 94 metros; e o Morro das Encantadas, onde se encontram as grutas, possui 68 metros de altura. A parte Norte da Ilha apresenta-se como uma extensa planície costeira, com apenas um morro, denominado de Morro da Baleia ou Fortaleza com altitude de aproximadamente 80 metros de altura.

O clima apresentado na Ilha do Mel, de acordo com o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR, 2011), é o Cfa, descrito como:

Clima subtropical com temperatura média no mês mais frio inferior a 18°C (mesotérmico) e temperatura média no mês mais quente acima de 22°C, com verões quentes, geadas pouco frequentes e tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, contudo sem estação seca definida.

No que diz respeito à formação geológica, segundo a Minerais do Paraná (MINEROPAR), é constituída por sedimentos arenosos formados pelo mar com aproximadamente 120.000 anos. Nesse período, o mar encontrava-se a 120 metros acima do seu nível atual, possibilitando que morros formassem um arquipélago rochoso. Com o decorrer do tempo, o mar avançou e recuou diversas vezes, permitindo a formação da Ilha do Mel. Inicialmente, era apenas uma planície arenosa com cordões litorâneos e só com o tempo obteve sua formação atual (MINEROPAR, 2009).

Tal formação se deve às grandes variações do nível do mar ocorridas no Período Quaternário, últimos 1,8 milhão de anos, consequência dos períodos glaciais e interglaciais. De acordo com a Mineropar (2009, p. 02):

[...] Na região litorânea estão as rochas mais antigas, com mais de três bilhões de anos. Tanto no litoral quanto em todo o Primeiro Planalto Paranaense, bem como na região da Serra do Mar, afloram rochas ígneas e metamórficas de idades entre o Arqueano e início do Paleozóico. São rochas resistentes e responsáveis pelo forte relevo e altas declividades da paisagem. Esta parte do Estado é denominada de ESCUDO PARANAENSE.

De acordo com a afirmação de Angulo (1992), a Ilha do Mel vem sofrendo erosão geológica. Vários pontos da costa vêm sofrendo deposição de sedimentos e erosão marinha, com intensidade variável. Segundo o autor, esses fenômenos estão associados à estabilidade da linha de costa que vem ocorrendo na região do istmo da Ilha. Segundo Giannini (p. 231, 2004), “a Ilha do Mel tem experimentado mudanças morfológicas intensas nos últimos 50 anos, com destaque para o estreitamento gradual de seu istmo central, de mais de 150 metros para menos de 5 metros”.

De acordo com a Mineropar (2012), devido a sua localização na desembocadura da Baía de Paranaguá, a Ilha do Mel possui costas móveis, sujeitas a rápidos e intensos processos de sedimentação (acúmulo de areia) e erosão (retirada de areia). Angulo (1990) afirma ser um processo que merece atenção, pois afeta a vida da comunidade local, causando a destruição de suas moradias e dificultando a atividade turística que é a principal fonte de renda dos moradores.

A Mineropar (2012) aponta que ocupar áreas costeiras é perigoso e, se essas áreas forem móveis, como as da Ilha de Mel, os riscos aumentam. Deixar as orlas costeiras desocupadas e, sobretudo, preservar as dunas frontais, minimiza os problemas decorrentes da erosão costeira.

Em relação à população, no Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, foram diagnosticados 1.094 habitantes na Ilha do Mel, sendo 577 homens (52,7%) e 517 mulheres (47,3%). Há 244 habitantes (22%) na faixa etária de 0 a 14 anos (130 homens e 114 mulheres), 800 habitantes (73%) na faixa etária de 15 a 64 anos (424 homens e 376 mulheres) e 50 habitantes (4,5%) com 65 anos de idade ou mais, dos quais 23 são homens e 27 são mulheres. Foram diagnosticados 780 domicílios, sendo 284 particulares permanentes não ocupados e de uso ocasional e 70 domicílios coletivos sem morador e 26 domicílios vagos (PLANO DE MANEJO, 2012).

Mocellin (2012), afirma que os moradores da Ilha possuem traços e características próprias. Dentre elas, o amor pelo local onde residem, o sorriso no rosto e a simplicidade. Além disso, caracteriza-os como acolhedores, sofridos e guerreiros.

A população da Ilha aglomera-se em três principais comunidades, a de Encantadas, a do Farol e a de Nova Brasília. As comunidades estão em torno do Parque Estadual.

1.1. COMUNIDADES EXISTENTES NA ILHA DO MEL

As população nativa da Ilha do Mel são formadas por caiçaras. O termo caiçara vem do Tupi Guarani *caá-yaçara* (SAMPAIO, 1987). Segundo Adams (1999), são denominados Caiçaras o resultado da mistura entre portugueses e índios que habitavam o litoral do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Geralmente vivem da pesca artesanal e agricultura de autoconsumo.

Essa população nativa, atualmente vive em meio a uma comunidade mista, ou seja, uma nova comunidade de caiçaras e empreendedores que o turismo está formando. Pessoas interessadas na atividade turística têm ocupado a Ilha com seus empreendimentos locais, dando emprego à comunidade, a qual vem sofrendo transformações culturais. Hanazaki (2001, p. 63), afirma que [...] "as atividades tradicionalmente praticadas pelos caiçaras, como a pesca e a agricultura, passam a ter importância secundária conforme as atividades ligadas ao turismo tendem a crescer".

Serrano e Bruhns (1997), afirmam que o turismo tornou-se a principal fonte de renda na Ilha, devido a alguns impasses ocorridos, como a desapropriação de moradores que ocupavam áreas protegidas pela legislação das Unidades de Conservação, a qual os impedia de utilizar tais áreas para a agricultura, não permitia a pesca em determinadas épocas e impedia também a extração de madeiras. Houve, também, a chegada de imigrantes que apresentaram uma nova cultura.

O IAP (2015), afirma que a Ilha é dividida em cinco comunidades. Ao norte fica a Comunidade de Nova Brasília, onde ocorre o embarque e desembarque dos turistas. Um local calmo, que disponibiliza ampla

infraestrutura, com mercado, igreja, escola, pousadas, restaurantes e campo de futebol.

A comunidade do Farol, onde há mais movimento, possui uma infraestrutura com bares, pousadas, restaurantes, lojas, mercearia e Igreja. Grande parte desses estabelecimentos pertencem a empreendedores externos, atraídos pelo turismo. Nessa comunidade está concentrada a infraestrutura administrativa com apresentação de instituições públicas, como o IAP, Força Verde, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, correio, posto de saúde. Atrai muitos turistas jovens para prática do *surf*.

Ao Sul da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres localiza-se a Comunidade de Fortaleza, que é a menor comunidade de toda a Ilha. Sua infraestrutura turística se resume a algumas pousadas e um empreendimento hoteleiro. Nesse local encontra-se a maior parte das casas de veraneio de uso temporário. Tais casas pertencem a proprietários originários, em sua maioria, de Curitiba, Paraná. O movimento de turistas, em alta temporada, nessa parte da Ilha é grande, pois, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, destaca-se como um dos principais atrativos turísticos da Ilha do Mel.

A Comunidade de Ponta Oeste, de acordo com documento do IAP (2012), faz limite com a Estação Ecológica, ela quase não possui moradores, os que restam são famílias de antigos pescadores que abandonaram a área. Antigamente era a maior comunidade da Ilha, porém hoje sua população é de apenas doze famílias. Contudo, nessa comunidade algumas limitações estão sendo impostas, como a proibição de novas construções para moradias, medida que visa à proteção da Estação Ecológica.

A comunidade de Encantadas ou Prainhas, onde também ocorre o embarque e desembarque de turistas, está localizada na parte Sul da Ilha. Possuindo o menor território dentre as comunidades. Apresenta boa infraestrutura, com bares, pousadas, *campings*, restaurantes, mercado, escola, campo de futebol, telefones públicos e um posto policial da Força Verde. Nos últimos anos, vem apresentando problemas de ocupação indevida nas áreas de preservação (IAP, 2012).

2.2 CONSELHO GESTOR

O território da Ilha do Mel pertence a União, entretanto o governo estadual do Paraná possui a cessão de posse do local, tendo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) como administrador, o qual baseia-se da Lei Estadual 16037/2009 e o Plano de Manejo para gerenciá-la.

Pertencente ao Plano Diretor de Paranaguá, a Ilha do Mel possui também gestão municipal, a qual compreende as questões de saúde, educação infantil, fundamental e ensino médio, coleta de lixo, saneamento, rede elétrica e correio.

Possui também um Conselho Gestor de caráter normativo e deliberativo, instituído pelo Decreto n.º 3502, de 03 de setembro de 1997. Tem por objetivo gerenciar as questões administrativas e atividades de interesse público e privado, a serem desenvolvidas na Ilha do Mel. Foi criado com a finalidade de gerenciar as obras e atividades de interesse público e privado, a serem desenvolvidas no imóvel. Esse Conselho tem como objetivo atuar em conjunto com o IAP nas questões administrativas de interesse público do imóvel. Presentemente, é composto por quatorze cadeiras as quais são ocupadas por representantes de entidades governamentais e não governamentais, sendo que os cargos de presidência e secretaria executiva do Conselho Gestor são determinados pelo Estado, geralmente ocupados por representantes do IAP e /ou SEMA. Segundo a Portaria de número 087 do Instituto Ambiental do Paraná, de 19 de Maio de 2005, em seu artigo 2º, o Conselho Gestor da Ilha do Mel possui a seguinte formação (IAP, 2005):

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA;
- Instituto Ambiental do Paraná – IAP;
- Sociedade dos Amigos da Ilha do Mel;
- Associação dos Moradores da Praia de Encantadas – AME;
- Prefeitura Municipal de Paranaguá;
- Paraná Turismo – PRTUR;
- Associação dos Barqueiros do Litoral do Paraná – ABALINE;
- Associação dos Comerciantes da Ilha do Mel – ACOIM (Nova Brasília e Encantadas);

- Associação dos Nativos da Ilha do Mel – ANIMPO;
- Batalhão de Polícia Florestal – BPFLO;
- União das Mulheres da Ilha – EMILHA.

O conselho objetiva representar as reivindicações da população da Ilha do Mel diante do poder público. Procura trabalhar baseado na administração participativa, responsabilizando-se em negociar diversos interesses, buscando diminuir as diferenças para assim alcançar o consenso nas decisões, garantindo a proteção ambiental e social.

Entretanto, sabe-se da existência de conflitos dentre os interesses, e geri-los acaba tornando-se um desafio. Na Ilha do Mel essa gestão de interesses em alguns momentos supera os pedidos da população. Em um estudo realizado anteriormente sobre o Conselho Gestor da Ilha do Mel, Silveira (1998, p.143), concluiu-se que “[...] os recursos para financiamento e criação de novas infraestruturas turísticas na área, assim como para capacitação profissional são escassos e mal direcionados”.

Desse modo, dentro de limitações legais interpostas através das normativas e deliberações dos setores administrativos, a população residente fica sujeita a interesses alheios. Manipulados por uma hierarquia de poder dentro da comunidade, relação que em determinado momento favorece alguns empreendedores.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. CAMINHO METODOLÓGICO

O caminho metodológico oferece ao pesquisador, coerência na relação existente entre o desenvolvimento de sua pesquisa com os objetivos propostos. A escolha desse caminho irá direcionar o pesquisador para a resposta de seus objetivos. Segundo Minayo (2001, p.16), a metodologia é compreendida como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Portanto, entende-se que a metodologia é a definição do caminho a ser seguido pelo pesquisador, a organização e o planejamento da pesquisa.

Minayo (2010, p.16) ainda discorre que “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

Thiollent (1992, p.25), o objetivo da metodologia é:

Analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar as suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou implicações de sua utilização. (...)a metodologia é também considerada como modo de conduzir a pesquisa. Neste sentido, a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados.

De tal modo, a escolha do caminho metodológico é necessária para qualquer pesquisa, como também apontar os procedimentos/métodos utilizados a fim de responder aos objetivos inicialmente propostos.

Para a realização desta pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa, auxiliada pelos instrumentos de pesquisa participante, entrevistas individuais e coletivas, ambas semiestruturadas, e observações sobre o cotidiano da comunidade local, seguida por pesquisas bibliográfica e documental.

A escolha desse método incidiu pelo fato de que, segundo Gerhardt e Silveira (2009), os pesquisadores que empregam o método qualitativo procuram explicar o porquê, o sentido das coisas, explanando soluções, mas não possuem a intenção de quantificar valores e trocas simbólicas e nem

submetem-se à comprovação de fatos, visto que seus dados não são métricos e se valem de diferentes abordagens.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa não se preocupa em quantificar os dados nem analisar amostras, mas sim analisa os aspectos subjetivos da realidade, dando ênfase na explicação e compreensão desses fatos. Minayo (2001, p.14), aponta que a "pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]".

É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação. É uma pesquisa indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados (DANTAS, 2006).

3.2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E ESCOLHA DO SUJEITO DE PESQUISA

A delimitação do objeto de estudo ocorreu através das especificidades do objetivo proposto, que é de "analisar os impactos das limitações legais e das interações interculturais, interpostas ao desenvolvimento comunitário da Ilha do Mel - PR".

Para responder eficientemente e obter consistência homogênea nos dados e nas análises, posteriormente realizadas, se fez necessário englobar todo o território da Ilha, visto que não há coerência em afirmações generalizadas, quando a pesquisa é restritiva. Diante do objetivo de investigar o desenvolvimento comunitário da Ilha do Mel, PR, foram coletados dados nas cinco comunidades existentes: Nova Brasília, Farol, Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, Ponta Oeste e Encantadas (ou Prainhas).

Diante da necessidade de delimitação de campo, foi estabelecido como critério para as entrevistas com os moradores das comunidades, um recorte de 69 pessoas, sendo realizado um cálculo amostral, com probabilidade de erro de 5% e nível de confiança de 95%, para uma população de 1094 pessoas.

A escolha dos indivíduos ocorreu através de amostra intencional, que segundo Costa Neto (1977, p. 45), é "composta por elementos da população selecionados intencionalmente pelo investigador, porque este considera que

esses elementos possuem características típicas ou representativas da população".

Tal escolha ocorreu devido ao fato de a comunidade pesquisada ser pequena, o que acaba promovendo um contato entre o pesquisador e os pesquisados, dispersando a informação sobre a pesquisa entre os moradores.

3.3 COLETA DE DADOS

De acordo com Gonçalves (2004, p.22), "a delimitação do tema deve guardar uma relação espaço-tempo, especificando seu campo de conhecimento, situando a pesquisa no espaço geográfico onde se realiza e no tempo cronológico, ou seja, no período que realiza". Sendo assim, decidiu-se pela complementação da pesquisa com a utilização de observação participante, quando a pesquisadora passou a residir e integrar-se no cotidiano das comunidades pesquisadas.

A observação participante ocorreu no período entre janeiro e julho de 2015. O período escolhido baseou-se na constatação de que abrange tanto a alta quanto a baixa temporada turística. Na alta temporada, janeiro e fevereiro, foi possível observar o comportamento dos turistas após aportarem na Ilha e, aleatoriamente, selecionar uma amostra para realizar entrevistas. Na média e baixa temporada turística, março a julho, foi possível aprofundar a relação com a realidade da comunidade nativa, tendo em vista a maior disponibilidade dos sujeitos pesquisados, devido à redução da demanda por serviços turísticos fato que não ocorrem na alta temporada devido ao trabalho.

3.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

De acordo com Rudio (1986), instrumento de pesquisa é o que se utiliza para a coleta de dados. A escolha do instrumento deve-se adequar aos objetivos propostos na pesquisa, de maneira que possibilite o desenvolvimento do trabalho. Para esta pesquisa, optou-se pela observação participante mais

entrevistas individuais e coletivas, ambas semiestruturadas, além das pesquisas documental e bibliográfica.

No que se refere às entrevistas, Neto (2002, p. 57) afirma que:

A entrevista individual é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

Sendo assim, trata-se de um processo onde o sujeito pesquisado e o interlocutor se deparam em uma interação com o objeto de estudo, ou seja, os dois lados interessados encontram-se em um diálogo que possui um fim determinado.

A opção por entrevistas coletivas ocorreu porque ao decorrer das entrevistas coletivas, os indivíduos entrevistados na medida em que podem falar e ouvir expõem com mais intensidade suas ideias, experiências e o diálogo torna-se mais intenso. Sendo assim, Neto (2002) afirma “[...] que nas entrevistas coletivas, a situação dialógica é enriquecida, as análises são mais profundas e substanciais e, acima de tudo, a perplexidade é exposta”.

Após algum tempo de convívio com os moradores, agendar a entrevista coletiva com todos os sujeitos que foram entrevistados individualmente. Isso para conseguir um diálogo mais profundo, em que as contraposições entre os indivíduos se evidenciem, para que assim se consiga captar as razões e sentimentos coexistentes, trazendo à pesquisa uma dimensão mais rica de detalhes.

As entrevistas individuais e a coletiva foram semiestruturadas, o que é similar a uma conversa com o entrevistado, baseando-se em um determinado assunto. Possuirá um guião pré-determinado que é adaptável ao entrevistado. Essa flexibilidade e possibilidade de adaptação ao entrevistado permitem obter dados de uma forma mais ampla, o que é essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa (MARTINS, 2003).

Segundo Neto (2002, p.59), a entrevista semiestruturada “[...] destaca a noção de entrevista em profundidade, que possibilita um diálogo intensamente

correspondido entre entrevistador e informante.” Pode-se verificar o guiões de entrevistas nos apêndices 01, 02, 03.

Sobre os resultados das entrevistas aplicou-se o método de saturação que de acordo com Fontanella (2008, p. 17), “[...] é a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição 1, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados”.

Thiry-Cherques (2009, p.20), afirma que o método de saturação “[...] é objetivamente válido à medida que ele satisfaz as exigências lógicas de julgamento em um universo determinado”. Em entrevistas individuais semiestruturadas “o pesquisador identifica os tipos de resposta e anota as repetições. Quando nenhuma nova informação ou nenhum novo tema é registrado atinge-se o ponto de saturação (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 23)” .

Ainda de acordo com o autor, a confiabilidade da representatividade ocorre pelas condições da pesquisa: “[...] as observações/entrevistas são feitas isolada e privadamente; os participantes não conhecem as respostas uns dos outros; as questões formuladas estão circunscritas a um domínio coerente de conhecimentos (THIRY-CHERQUES, 2009 p.23)”.

Entretanto, a entrevista será auxiliada por outro instrumento de pesquisa participante, o qual corresponde a uma vivência com moradores das comunidades e com os turistas, tendo como técnica a observação e participação do cotidiano e também conversas registradas em caderno de anotações. Tendo em vista conseguir uma aproximação com a comunidade e assim perceber fatos ocultos aos olhos de um estranho.

De acordo com Peruzzo (2003, p.02), “[...] a pesquisa participante consiste na inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada”. Isso devido a resistência apresentada pela comunidade, em relatar seus anseios.

A pesquisa documental, segundo Gil (2010, p.30), “[...] vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicações etc”. Nesta pesquisa, o principal documentos pesquisados foi o Plano de Manejo da Ilha do Mel, o qual corresponde à administração da Estação Ecológica e a Lei 16037/2009, buscando analisar as diretrizes utilizadas para a administração do local e

verificando a sua interferência, seja positiva ou negativa, sobre o desenvolvimento da comunidade local.

O Plano de Manejo, segundo a Lei Federal 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais.

A pesquisa bibliográfica ou de dados secundários, consiste num levantamento da bibliografia já publicada, seja em livros, revistas impressas ou eletrônicas. Tem como finalidade colocar o autor em contato direto com o que já foi escrito sobre o assunto, assim reforçando sua análise ou manipulação dos dados (STREHL, 2008). A união dessas pesquisas possibilitou alcançar os objetivos propostos com mais exatidão em seus resultados. As pesquisas bibliográficas serão auxiliadas pela análise documental, a qual será realizada no plano de manejo, o qual é utilizado para a gestão da Ilha do Mel.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

A etapa de análise dos dados, coletados durante o período da pesquisa, permite ao pesquisador a construção de conhecimento, pois analisa todo o discurso que se vincula ao objeto de estudo. Minayo (2010), aponta três finalidades para essa etapa "constituir uma compreensão das informações coletadas, confirmar ou não as hipóteses da pesquisa e/ou responder às indagações estabelecidas, e desenvolver o conhecimento sobre o contexto analisado, articulando-o ao contexto cultural é componente".

Para essa pesquisa utilizou-se a análise de conteúdo, com o propósito de "descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestados, indo além das aparências do que está sendo comunicado", conforme esclarece Gomes (2010, p.74).

Minayo (2004, p.203), afirma que:

Do ponto de vista operacional, a análise do conteúdo parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado: aquele que ultrapassa os significados manifestos. Para isso a análise do conteúdo em termos gerais relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos

enunciados. Articula a superfície dos textos descrita e analisa com os fatores que determinam suas características: variáveis psicosociais, contexto cultural, contexto e processos de produção da mensagem” .

Ou seja, os dados coletados no campo, na Ilha do Mel-PR, foram analisados a partir de um referencial teórico, que forneceu a base para projetar um conhecimento sobre o local de estudo. O material do referencial teórico auxiliou na análise dos dados coletados em campo.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. A PERCEPÇÃO DA REALIDADE ATRAVÉS DA SOCIOLOGIA E FILOSOFIA

"Quem compreende que o mundo e a verdade sobre o mundo são radicalmente humanos, está preparado para conceber que não existe um mundo em si, mais muitos mundos humanos, de acordo com as atitudes ou pontos de vistas dos sujeitos existentes" (w. Luijpen).

A realidade da vida se apresenta de diversas formas e é interpretada diferentemente pelos sujeitos, isso ocorre através da vida cotidiana que, segundo Berger e Luckmann (2010, p. 35), "[...] apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente".

Nesse sentido, como afirma Duarte (1984), não se deve olhar a realidade como única e absoluta, primeiramente, deve-se olhar pelo prisma de "realidades" e não de "realidade", pois de acordo com a afirmação do autor "[...] o mundo se apresenta com uma nova face cada vez que mudamos a nossa perspectiva sobre" (DUARTE, 1984, p.11).

Ou seja, a realidade é diferente de acordo com a forma que é observada, o sentido dado hoje para um acontecimento, amanhã pode ser outro. Um acidente, por exemplo, para quem atropelou, a realidade apresenta-se de maneira diferente do que para quem foi atropelado. Fatos que se explicam a partir da percepção de quem está construindo a realidade, ou seja, do sujeito individual.

De acordo com Duarte (1984, p.12), "[...] a realidade não é algo dado, construído, que está oferecendo-se aos olhos humanos, que simplesmente registram os fatos ocorridos". Pelo contrário, o sujeito "é o construtor do mundo, o edificador da realidade. Esta é construída/forjada, a partir dos encontros desses sujeitos e o mundo onde habitam". Como o autor afirma, "o ser humano não é um ser passivo, que apenas grava aquilo que se apresenta aos seus sentidos".

Segundo Duarte (1984), um componente construtor da realidade é a linguagem, uma vez que a construção dessa passa pelo sistema linguístico

utilizado pela comunidade, pois a linguagem de um povo é o código que lhe permite organizar e interpretar a realidade, bem como gerir suas ações de modo coeso e íntegro. O autor destaca que "[...] nossa percepção do mundo é, fundamentalmente, derivada da linguagem que empregamos (DUARTE, 1984, p. 25)".

Berger e Luckmann (2004) completam dizendo que a linguagem empregada dispõe sucessivamente das objetivações necessárias e define a ordem que obtém sentido, assim dando significado à vida cotidiana. "[...] Os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo" (WITTGENSTEIN *apud* DUARTE, 1984).

Portanto, segundo (1984, p.27), "[...] o mundo circunscreve-se aquilo que pode ser captado pela consciência, e a consciência aprende através da linguagem utilizada que ordena a realidade".

Entretanto, percebe-se que algumas questões da realidade não podem ser construídas pelo ser humano, como, por exemplo, as forças físicas e naturais. Duarte (1984) explica que diante desses fatos é verídica a "não criação do homem". No entanto, "[...] a maneira de percebê-las, interpretá-las e de estabelecer relações com elas, sim, é construção do sujeito individual" (DUARTE, 1984, p.13).

Salienta-se, novamente, a questão de como interpretar, perceber e relacionar-se com os fatos que compõem a realidade. Desse modo, salienta-se que a realidade é construída a partir da percepção do sujeito. Duarte (1984, p. 15) reforça dizendo que "[...] a questão da realidade passa pela compreensão das diferentes maneiras do homem se relacionar com o mundo".

Berger e Luckmann (2004, p. 30), afirmam que:

o interesse sociológico nas questões da "realidade" e do "conhecimento" justifica-se assim inicialmente pelo fato de sua relatividade social. O que é "real" para um monge tibetano pode não ser "real" para um homem de negócios americano. O "conhecimento" do criminoso é diferente do "conhecimento" do criminalista.

Nota-se que o mesmo acontecimento possui várias interpretações e a percepção dessa realidade é diferente para cada sujeito que a presencia. Isso devido à diversidade existente, cada sujeito interpreta e percebe determinada situação de acordo com sua realidade.

Entretanto, retomando a questão da construção da realidade, os autores Berger e Luckmann (2004, p.36) apresentam uma percepção diferente de Duarte. Apontam que "[...] é possível tomar esta realidade como dada, tomar como dados os fenômenos particulares que surgem dentro dela",

Isso se explica, porque os autores adotam como questão central de sua discussão a vida cotidiana. A realidade exibida nesse contexto pode ser apresentada, já construída, ou seja, "[...] a realidade da vida cotidiana aparece, já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes de minha entrada na cena" (BERGER, LUCKMANN; 2004, p. 38).

A exemplo tem-se o nascimento de uma criança em determinada família. Nessa percepção, a vida cotidiana é tomada como realidade absoluta, a criança já nasce em uma estrutura pré-determinada, ou seja, nasce em determinado local, em um grupo, o qual possui determinados costumes, crenças, linguagem e regras, que serão transmitidos para ela.

Em um primeiro momento, a afirmação de Berger e Luckmann está repleta de sentido e razão, pois a criança quando nasce encontra-se sem a opção de escolha, sendo condicionada a essa realidade. No entanto deve-se refletir que o local, o grupo, os costumes, as crenças, as linguagens e as regras foram criados a partir de um indivíduo que, através da sua percepção, tornou-os parte de sua realidade e outros indivíduos a incorporaram. Duarte (1984, p. 12-13) destaca:

Que mesmo o homem sendo construtor dessa realidade, ele não se entende assim. Ao contrário: entende-se como um estranho submetido a realidade. Como sendo conduzido por forças (naturais ou sociais) sobre as quais ele não tem e não pode ter controle algum.

O autor ainda aponta que "[...] a construção da realidade é fundamentalmente social: são comunidades humanas que produzem o conhecimento de que necessitam e distribuem-no entre seus membros e, assim, edificam a sua realidade", (DUARTE, 1984, p.36).

Portanto, o indivíduo é o edificador, construtor da realidade. É claro que em um primeiro momento é submetido à realidade já construída por outros

sujeitos, no entanto, já em um segundo momento, detendo o poder de escolha, ele passa a gerir e construir sua realidade.

A realidade é abordada a partir da percepção individual, no entanto a palavra "percepção" advém do significado de capacidade de assimilar através dos sentidos ou da inteligência. De acordo com Penna (1968, p.11), "[...] a percepção é a forma restrita de captação de conhecimento". O que se remete à compreensão e à consciência de objetos ou dos próprios sentidos do indivíduo, que, segundo Berger e Luckmann (2004, p.37), "[...] é sempre intencional, ou seja, a consciência sempre "tende para" ou é dirigida para objetos".

Pode se tomar como exemplo o caso em que o sujeito sofreu um acidente de carro, o que implicou em um trauma, e o sujeito nunca mais entrou em um veículo. Isso devido à sua consciência o remeter ao acidente, fato que transforma sua realidade, trazendo-lhe uma nova percepção. Ou, como o autor mesmo exemplifica, a fobia. Um sujeito em determinado momento sofre um acidente com a pica de uma cobra, fato que ocasionou a fobia, o que causou uma transformação na sua percepção da realidade, (BERGER e LUCKMANN,2004).

Sendo assim, entende-se que a percepção da realidade pode ser influenciada pela consciência individual de cada sujeito, sendo através de objetos ou sentimentos. Visto que o indivíduo, em determinadas situações, remeter-se-á a experiências do passado.

Os três autores abordados até o momento, Duarte, Berger e Luckmann, colocam a vida cotidiana como a realidade por excelência e absoluta. Justificando que "[...] sua posição privilegiada autoriza a dar-lhe a designação de realidade predominante" (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 38).

Entretanto, dentro dessa "realidade predominante", existem diferentes esferas de contatos com os indivíduos que as compõem. Assim, para Berger e Luckmann (2004, p.39) "[...] experimenta-se a vida cotidiana em diferentes graus ou zonas de aproximação e distância, espacial e temporalmente".

Ainda de acordo com os autores, a mais próxima é a zona da vida cotidiana inteiramente disponível à manipulação corporal. Essa zona possui o mundo que está acessível ao alcance humano, o mundo onde se atua a fim de modificar realidade existente, ou o mundo em que se trabalha.

Duarte exemplifica de forma clara essas diferenciações de zonas na realidade da vida cotidiana:

Uma pessoa todo dia ao dirigir-se para o trabalho cruza a ponte sobre o rio que corta a cidade. De lá vê pescadores em suas margens, com os caniços nas mãos. Nunca tendo pescado, desconhece as técnicas da pesca e, mais especificamente, desconhece aquele rio em particular: os tipos de peixes que existem ali, os melhores lugares para apanhá-los, as iscas que devem ser empregadas, etc. O rio e a pesca fazem parte de seu cotidiano, mas estão localizados numa área da realidade menos conhecida e manipulável do que a ocupada pelo seu trabalho no escritório, (DUARTE, 1984, p. 30).

Nesse exemplo, percebem-se claramente as zonas da vida cotidiana, a manipulável, no caso o rio em relação ao pescador, e a não manipulável o rio em relação ao trabalhador que está apenas passando. Um mesmo objeto sendo observado, interpretado e utilizado de maneiras diferentes sobre percepções de realidade distintas.

O autor ainda coloca a realidade cotidiana dividida em dois setores. O primeiro é o não problemático, o qual se define em atividades rotineiras que se utilizam apenas do conhecimento que o indivíduo já detém. Duarte (1984, p.31) relata que o "[...] conhecimento habilita a viver de maneira mais ou menos 'mecânica'". O segundo diz respeito ao setor problemático, o qual se refere ao fato de que quando surge um fator inusitado na realidade cotidiana, exige-se que o indivíduo detenha novos conhecimentos para resolver a situação.

4.2. CULTURA NA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

A palavra cultura é de origem latina e provém do verbo *colere* (cultivar ou instruir) e do substantivo *cultus* (cultivo, instrução). A partir da etimologia remete-se a agricultura ao trabalho com terra para a produção de frutos. Há, também, a aplicação da palavra sobre a educação ou instrução do indivíduo como afirma Oliveira (2014).

Cultura é um termo complexo detentor de várias definições. Estima-se, segundo Marconi e Presotto (2006), que existam cerca de 160 definições para o termo. Os autores ainda apontam Tylor (1871) como o primeiro autor a formular um conceito para cultura, o qual seria "todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros

hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR, 1871 *apud* MARCONI e PRESOTT, 2006, p. 22).

Nessa definição percebe-se a junção das várias possibilidades de interação humana, mostrando claramente a complexidade do termo, segundo a antropologia. De acordo com Sidekun (2006), “[...] a cultura desenvolve-se em arquétipos, que se baseiam na interação, na relação com o outro e no princípio de tratamento. Apresenta-se como processos em fronteiras, que proporcionam uma contínua transformação”.

Ono (2004, p. 01) completa dizendo que:

A cultura encontra-se essencialmente vinculada ao processo de formação das sociedades humanas, numa relação simbiótica, interdependente e dinâmica que acompanha o desenvolvimento dos indivíduos e grupos sociais, expressando sua linguagem, seus valores, gestos e comportamentos, enfim, sua identidade.

Sendo assim, a cultura está presente desde surgimento dos indivíduos, os acompanhando durante sua formação e evolução, dando sentido a sua existência. Ono (2009) ainda coloca que, desde o início, quando o ser humano passou a modificar o espaço natural, por meio da invenção de seus primeiros artefatos, passou a participar na edificação e construção de si mesmo, tornando-se uma referência para a sua existência.

Dessa forma, a natureza, o desenvolvimento e a cultura do indivíduo tornam-se processos inseparáveis. E é a partir dessa configuração essencial que surge a construção de símbolos, da linguagem, da comunicação, das relações e das práticas dos sujeitos e sociedades. Sendo assim, entende-se a definição de Freitas (2012, p.19), a qual afirma que “[...] a cultura pode ser entendida como o conjunto de valores, regras e princípios, o jeito de ser, o modo de vida de um povo”.

Junqueira (1991, p.17) ainda define que “[...] os padrões de comportamento, as instituições, os valores materiais e espirituais de um povo são sua cultura. Assim toda sociedade possui uma cultura, elaborada e modificada no decorrer de sua história”.

Laraia (2001) apresenta uma definição sobre o termo cultura, em que discorda da herança genética, mas com o resultado dos contextos sociais dos indivíduos. Por meio da cultura, o indivíduo é capaz de superar limitações,

circunstâncias complicadas e transformar o seu ambiente, embora, em algumas situações, tal transformação possa ser desfavorável para sua comunidade. Sendo assim, pode-se definir a cultura como algo adquirido, aprendido e também acumulativo, resultante da experiência de várias gerações.

Porém, ainda segundo Laraia, o indivíduo, enquanto aprendiz, pode criar e transformar. Ou seja, o sujeito não é apenas receptor, mas também um criador de cultura. Sendo assim, a cultura sempre está em processo de transformação que dependerá do que for submetida. Portanto, o indivíduo não é exclusivamente o produto da cultura, mas, igualmente, produtor dela.

Os apontamentos do autor remetem as afirmações de Duarte (1894, p. 12) sobre a realidade, pois afirma que o sujeito "é o construtor do mundo, o edificador da realidade", o que completa a afirmação de Laraia sobre o indivíduo ser produtor de cultura.

Diferentemente da questão de "construtor ou criador" de cultura, o indivíduo aparece, também, em uma definição de cultura do autor Bosi, como transmissor, pois, segundo o autor "[...] cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social" (Bosi, 1996, p.12).

Ruth Benedict (1972 *apud* Ono, 2009) afirma que "[...] a cultura é a lente através da qual as pessoas percebem o mundo e a existência, onde indivíduos de culturas diferentes vêem o mundo, têm apreciações de ordem moral e valorativa e comportamentos sociais distintos, de acordo com a sua herança cultural".

Em relação à diferença cultural da percepção de mundo, Fleuri (2006, p.24), diz que:

Quando as diferenças culturais são consideradas numa perspectiva estereotipada, focaliza-se apenas as manifestações externas e particulares dos fenômenos culturais. Deixa-se de valorizar devidamente os sujeitos sociais que produzem tais manifestações culturais, ou não se consegue compreender a densidade, a dinamicidade e a complexidade dos significados que eles tecem (FLEURI, 2006, p. 24).

Nesse sentido, Fleuri (2006) aponta a importância da compreensão das culturas, em um contexto profundo, ou seja, enfatizando ultrapassar a

aceitação, alcançando-se uma visão holística sobre os acontecimentos e seus sujeitos.

No contexto de herança cultural, Junqueira (1990, p.20) afirma que:

Difícilmente poderíamos reconstruir o percurso de cada cultura. Isso aumenta ainda mais a importância de se ter em mente que aquilo que nos é contemporâneo foi longamente trabalhado pela história. Cada cultura que se conhece é fruto desse longo percurso que originou estilos de vida diferentes.

Sendo assim, a cultura possui antecedentes históricos que são abordados como herança cultural, ou seja, ensinamentos que são passados de geração para geração. Na perspectiva antropológica, percebe-se a citação de herança cultural e não herança genética, pois o conceito de cultura não passa por abordagens biológicas quando se baseia na antropologia. Conforme afirma Laraia (2001, p.09) "[...] os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais". O antropólogo Felix Keesing (1961) afirma que "[...] não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais".

Os autores Silva e Silva (2006, p. 01), também, em sua definição de cultura, extinguem a abordagem biológica, apontando que a:

Cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideais e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica.

Salienta-se, da fala dos autores, que a produção de cultura dos indivíduos, seja ela material ou imaterial, remete-se aos elementos que a compõem, sendo eles os objetos, artefatos, vestimentas, valores, crenças, costumes, etc.

De acordo com Marconi e Presotto (2006, p. 27-31), os elementos componentes da cultura são as ideias que consistem nos conhecimentos, saberes e filosofias de vida. A crença sucede de tudo aquilo que se crê ou se acredita. Os valores advêm da ideologia e moral que definem o que é

adequado e o que é inadequado, ou seja, o bom ou o ruim. As normas abrangem tanto as leis, os códigos, como os costumes. As atitudes ou comportamentos equivalem às formas de manter os relacionamentos com os sujeitos do grupo e com sujeitos pertencentes a outros grupos. A abstração do comportamento consiste em símbolos e obrigações coletivas. As instituições trabalham como controladoras dos comportamentos, indicadoras de valores, normas e crenças. As técnicas, as artes e habilidades desenvolvidas coletivamente e os artefatos são constituídos por instrumentos e utensílios utilizados para aprimorar as técnicas e os estilos de vida.

Nota-se que, dentre todos os elementos citados pelos autores, existe uma combinação entre os elementos materiais que, segundo a Unesco (2015), são objetos, artefatos, vestimentas, estruturas, tudo o que for palpável ao indivíduo; e os elementos imateriais que são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que, em sua junção, formam a cultura. Portanto, é possível compreender que a "[...] cultura consiste em uma série de coisas reais que podem ser observáveis e examinadas num contexto extra-somático" (MARCONI e PRESOTTO, 2006, p. 26).

No entanto, diante desses elementos, existe uma estrutura, a qual fornece suporte aos caminhos traçados pela cultura. Os autores Marconi e Presotto (2006) apresentam seis aspectos que constituem essa estrutura. O primeiro trata-se do *traço cultural*, visto como o menor elemento da cultura, como por exemplo, as comidas típicas (feijoada) o sotaque, os dialetos e etc. Esses traços culturais podem ser materiais ou imateriais. O segundo aspecto é composto pelos *complexos culturais* os quais englobam o conjunto de múltiplos traços ou características de uma cultura, constituindo sua organização, como, por exemplo, as várias características de uma região brasileira. Já o terceiro aspecto refere-se aos *padrões culturais*, os quais são as similaridades individuais de comportamento apresentados por um grupo social. Como quarto aspecto aparecem as *configurações culturais*, sendo a associação dos três aspectos já citados, a ponto de dar unidade à cultura, permitindo sua identificação a partir disso. Como exemplo, tem-se a configuração cultural do gaúcho. Como quinto aspecto apresentam-se as *áreas culturais*, ou seja, os territórios geográficos onde estão situadas as culturas. Essas áreas culturais podem ser diferentes das áreas geográficas. Como por exemplo, na área

cultural do Nordeste que pode inclusive estar localizada também em São Paulo e no Rio de Janeiro. Concluindo os aspectos da estruturalização da cultura, o autor apresenta a *subcultura*, a qual é definida como algo que provoca uma variação da cultura (um grupo cultural menor dentro de um grupo cultural maior). Como o autor afirma, é o caso, por exemplo, da cultura japonesa dentro da cultura paulistana. Sendo assim, exclui-se qualquer sentido pejorativo ou negativo do termo, no sentido de uma cultura inferior.

No entanto, dentro dos elementos e da estrutura cultural, há mais um componente essencial, o indivíduo, que dentro de sua particularidade desempenha papéis diferentes na participação cultural. Ainda seguindo os autores Marconi e Presotto (2006 *apud* Oliveira 2014), esses papéis apresentam quatro níveis, sendo que o primeiro é o universal, o qual se define quando a massa popular segue determinado padrão cultural, como por exemplo, as leis de trânsito. Já o segundo é o espacial, quando determinado grupo segue algum padrão cultural, como, por exemplo, as diversas culturas de religiões dentro da cultura paranaense. O terceiro papel é o alternativo, que ocorre quando determinado grupo quebra algum padrão cultural vigente no grupo a que pertence e começa seguir outro padrão, como, por exemplo, os hippies. E por fim, o quarto nível de participação, que é a peculiaridade individual, que incide nas particularidades dos sujeitos que compõem o grupo cultural.

Contudo, os níveis de participação do indivíduo na cultura apresenta um importante ponto para a questão cultural. O ser humano não absorve toda cultura de um determinado grupo e a segue cegamente. Pelo contrário, ele absorve alguns aspectos determinantes de sua realidade coletiva.

Os autores Marconi e Presotto (2006, p.195) afirmam que "embora haja por parte do grupo cultural certo controle sobre os comportamentos dos indivíduos, nenhum sujeito se deixa condicionar totalmente pelas imposições de sua cultura, isso devido à relação existente entre personalidade e cultura." Oliveira (2014, p.06) completa dizendo que "os indivíduos se ajustam à cultura de modos variados e diferentes, segundo seus interesses".

O antropólogo Geertz (2008, p.33), ao escrever sobre cultura, faz o seguinte apontamento:

Não dirigido por padrões culturais- sistemas organizados de símbolos significantes - o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável, um simples caos aos atos sem sentido e de explosões emocionais, e sua experiência não teria praticamente qualquer forma. A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela - a principal base de sua especificidade.

Contudo, pode-se entender que a cultura dotada de um caráter importante sobre o sentido, os sentimentos e a organização da vida, destaca-se, fundamentalmente, sobre a existência humana, sendo protagonista dessa realidade.

4.3 IDENTIDADE E MEMÓRIA

Viver na era da globalização, segundo Castells (1997), é marcado pelo intercâmbio de representações, valores e mercadorias. Nesse sentido, a nação permanece sendo uma forma preeminente de identificação, uma vez que, em meio a tantas trocas, a nação se identifica como tal. Sendo assim, compartilhar menções a um passado comum, ou seja, partilhar de uma memória é sentir-se pertencente a uma nação. E crer que essa coletividade possui predicados próprios é criar uma identidade.

Diante da colocação de Castells, conclui-se que a identidade e a memória estão intrinsecamente ligadas por um elo mútuo de complemento. O autor Polak (1992, p.203) reitera essa colocação dizendo que "a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade".

E "por identidade entendem-se os aspectos peculiares de um determinado povo com suas crenças, ritos e experiências comuns que formam a identidade particular", como afirma Batista (2005, p.30). Sendo assim, a partir de uma identidade nacional, regional ou até mesmo local, o indivíduo realiza assimilações que desenvolvem sua identidade individual.

De uma maneira simples e clara, a identidade ocorre a partir do momento em que o sujeito se reconhece em algo, seja em uma música, em objetos, vestimentas, rituais, ou em tudo que proporcione um sentimento de identificação e pertencimento.

Segundo Hall (2000, p.206):

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal.

A edificação da identidade ocorre quando um grupo ou sujeito específico se adapta a seus valores e manifestações, eternizando-os em sua história, transmitindo de geração a geração (BATISTA, 2005).

No entanto, essa edificação/construção de identidade não é estática, pelo contrário, o sujeito sempre está em constante transformação identitária. Sendo assim, como afirma Souza (2005, p. 90), “as identidades culturais não são rígidas e nem imutáveis, porque são sempre resultados transitórios de processos de identificação e em constante processo de transformação, ‘identidades’ são, pois, identificações em curso”.

O sentimento de identificação possui dimensões extensas. Como afirma Pacheco (2004, p. 6), "a identidade cultural do sujeito atual é muito mais variada, muito mais inconstante, muito mais plural". No entanto, como Pacheco mesmo afirma, "juntamente com as novas formas de identidade, novas formas de alteridade são produzidas". Nesse sentido, o autor Fleuri (2006, p.24), diz que:

Quando as diferenças culturais são consideradas numa perspectiva estereotipada, focalizam-se apenas as manifestações externas e particulares dos fenômenos culturais. Deixa-se de valorizar devidamente os sujeitos sociais que produzem tais manifestações culturais, ou não se consegue compreender a densidade, a dinamicidade e a complexidade dos significados que eles tecem, (FLEURI, 2006, p. 24).

Nesse sentido, para a compreensão da identidade, faz-se necessário um olhar holístico sobre as diferenças, buscando analisar, além do indivíduo social atuante, os elementos que os auxiliam na composição dessa identidade. Nesse contexto, aborda-se o território, o qual pode vir a despertar o sentimento de identidade territorial no indivíduo social.

De acordo com Milton Santos (2003, p.174), “o território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, ou seja, a combinação do chão com o sujeito resulta em elementos culturais que irão compor a identidade e a memória do indivíduo social.

Ainda de acordo com Santos (2003, p. 174), "o território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, entender que está falando em território usado, utilizado por uma população".

Nesse sentido, a identidade territorial é formada através do cotidiano. Atividades rotineiras desenvolvidas em um mesmo lugar, sentimentos, emoções, trabalho e inter-relações são praticadas, dando forma a vários elementos culturais que irão compor a realidade do indivíduo social.

Segundo Santos (1998, p.124), "do território não escapa nada, todas as pessoas estão nele, todas as empresas, não importa o tamanho, estão nele, todas as instituições também, então o território é um lugar privilegiado para interpretar o país."

Na perspectiva "de interpretar o país", remete-se ao termo "identidade social", que segundo a afirmação de Haesbaert (1999), é a identidade territorial.

A identidade social é também uma identidade territorial quando o referente central para a construção desta identidade parte ou transpassa o território. Território que pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela que de uma paisagem como espaço cotidiano, vivido, que simboliza uma comunidade – até um recorte geográfico mais amplo, ou em tese mais abstrato como o Estado nação, (HAESBAERT, 1999: 178-179).

O autor ainda afirma que a identidade territorial apresenta como principal característica "a volta a uma dimensão histórica do imaginário social, de modo que serve de referência profunda à memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais". E nesse contexto, o autor Memmi (1997 *apud* FONSECA *et al.*, 2005, p. 08) afirma que "a memória, no que tange às identidades territoriais, é solicitada e reestruturada sem cessar, de forma que "não existe aí nem perversidade nem mentira sistemática, mas necessidade de edificar uma coerência operatória e suportável" .

Assim, para Penna (1992, p.50-51), "a identidade territorial pode ser interpretada como algo "dado", decorrente da naturalidade, da vivência e da cultura", como também, segundo Haesbaert (1999, p.182), pode ser vista como

algo construído, uma “auto atribuição”, quando os indivíduos se reconhecem como gaúchos, nordestinos, goianos, etc.

4.4 PROCESSOS CULTURAIS

A cultura não se apresenta de forma única, de acordo com reflexões já abordadas sobre a estrutura cultural, sabe-se da existência de subculturas, um grupo cultural menor dentro de um grupo cultural maior, pois de acordo com Brandão (2002, p.23):

Somos a única espécie que, munida de um mesmo aparato biopsicológico, ao invés de produzir um único modo de vida, ou maneiras de ser muito semelhantes, geramos quase incontáveis formas de ser e de viver no interior de inúmeras variedades de culturas humanas.

Sendo assim, ocorrem processos culturais que podem ocasionar diversos acontecimentos como a extinção de determinada cultura ou conhecimentos através de trocas culturais. Nesse contexto, serão abordadas quatro questões: a aculturação, o relativismo cultural, o etnocentrismo, interculturalidade e alteridade.

4.5 ACULTURAÇÃO

No processo cultural, a aculturação, segundo Pannof e Perrin (1973, p.13), "é o termo para designar os fenômenos que resultam da existência de contatos diretos e prolongados entre duas culturas diferentes e que se caracterizam pela modificação ou transformação de um ou dos dois tipos culturais presentes".

Entende-se que, com a convivência intensa entre dois grupos culturais distintos, irá resultar na dominância do grupo mais imponente, ou seja, uma das culturas acaba modificando-se, pois os indivíduos acabam influenciados pelo grupo oponente.

Em relação ao objeto de estudo - a Ilha do Mel - Nash (1997) afirma que isso pode ser explicado com o efeito demonstração que seria o momento em

que os turistas e seus pertences tornam-se modelo para os locais, gerando a cópia ou imitação. Burns (2002, p.126), afirma que é:

Processo pelo qual as sociedades tradicionais, sobretudo aquelas particularmente suscetíveis a influências externas, como os jovens, tentarão "voluntariamente" adotar certos comportamentos (e acumular bens materiais), acreditando que sua posse levará à conquista do estilo de vida descontraído e hedonista demonstrado pelos turistas.

No entanto, esses são fatos que acontecem em muitas comunidades nativas que têm o turismo como atividade econômica. O legado jovem da comunidade acaba influenciando-se pela nova cultura apresentada pelos turistas, deixando de lado sua cultura de origem.

Em um olhar mais antropológico, Marconi e Presotto (2006, p. 46) apresentam a aculturação como "o processo de inter-relações ou contatos entre grupos e culturas diferentes". Oliveira (2014, p. 07) afirma que "nesse processo o risco de predominância da cultura dominante é muito grande, fazendo com que as culturas menores e mais simples não sejam respeitadas em suas especificidades e identidades".

O autor ainda exemplifica com a própria história do Brasil, em que várias culturas indígenas foram dizimadas por outras novas culturas que chegavam ao país. Oliveira (2014, p.07) descreve o processo de aculturação através de quatro possibilidades: a assimilação, o sincretismo, a transculturação e a dominação.

A assimilação, segundo Oliveira (2014), ocorre quando dois grupos culturais distintos convivem no mesmo local. Essa convivência pode resultar em uma mistura, o que origina uma nova cultura. No entanto, isso não significa extinção de culturas, pois, segundo o autor, as culturas podem encontrar um ponto de equilíbrio em seus diversos elementos culturais.

O sincretismo, segundo Oliveira (2014, p. 08), "é forçado pela imposição da cultura religiosa mais forte que proíbe a manifestação religiosa das demais culturas". Já a transculturação, ainda segundo Oliveira, "é a troca de elementos culturais entre sociedades completamente diferentes e até mesmo distantes". E por fim, o processo de dominação, que ocorre quando "a cultura mais forte impõe os seus costumes e tradições obrigando as demais a abandonarem os seus, podendo causar a extinção dessas culturas".

Laraia (2001, p.50) afirma que "existem duas formas de mudanças culturais: a interna, que é consequência da dinâmica do próprio sistema cultural, e a externa, que é decorrente do contato de um sistema cultural com um outro." O autor denomina a externa como "aculturação" e ainda afirma que "as mudanças internas são normais nos sistemas culturais, e que é essencial para a sociedade a compreensão das diferenças culturais entre os povos, é indispensável o entendimento das diferenças que acontecem dentro do mesmo sistema cultural."

4.6 RELATIVISMO CULTURAL

A percepção do relativismo contribuiu para a constituição do entendimento de culturas no plural, evitando o pensamento de cultura única. Segundo a autora Freitas (2012, p. 38), "não há defesa de uma única cultura fixada em uma escala unilinear, mas, antes de tudo, múltipla".

O relativismo cultural consiste na compreensão de cada cultura em seu contexto e realidade, de acordo com seus padrões, moldes e processos (Marconi e Presotto, p. 32). Ou seja, os indivíduos exercem o respeito sobre os diversos grupos culturais existentes, não havendo cultura superior ou inferior.

Para Rocha (1984), relativismo cultural é quando se busca entender o "outro" a partir da essência do indivíduo ou do grupo, e não a partir de seus próprios valores, sejam eles individuais ou grupais. Para o autor, relativizar "é ver as coisas do mundo como uma relação capaz de possuir início, fim ou uma transformação. Observar que a verdade está mais no olhar e não naquilo que é olhado. É não transformar a diferença em hierarquia, em superiores e inferiores ou em bem e mal, mas vê-la na sua dimensão de riqueza por ser diferença" (ROCHA, 1984, p. 22).

Já Meneses (1999, p.20) afirma que o relativismo cultural "implica no reconhecimento e valorização das diversas culturas. É base para uma compreensão válida e para relações humanas de verdade, entre os diferentes povos".

De maneira reflexiva o autor afirma que:

As culturas são relativas, não há cultura "perfeita", noções do que é certo e errado variam; não há um padrão apriorístico para se julgar certo e errado, belo e feio entre as culturas ou mesmo no interior de uma dada sociedade ou cultura. Mesmo no interior de uma sociedade há visões conflitantes a respeito de vários assuntos – a cultura deve ser vista como algo dinâmico e plural, não como algo estático e único (MENESES, 1999, p. 22).

No entanto, o relativismo propõe uma ideia contrária ao etnocentrismo, uma vez que busca observar a cultura em seu todo e compreendê-la sem julgá-la ou sem analisá-la através de outra cultura. Busca propor um respeito cultural, no qual não ocorra a definição de "cultura certa" e "cultura errada", todas são valorizadas igualmente dentro de suas características. Meneses (1999) completa dizendo que "relativismo é ponto de partida para se olhar para o Outro de maneira não etnocêntrica; e ponto de chegada ao exercício de se compreendê-lo em seus próprios termos".

Contudo, pensar em relativismo cultural justifica-se através da diversidade cultural existente. A harmonização entre os povos é um sinônimo de convivência. Meneses (1999) afirma que "as culturas são distintas, alternativas e diversas. Independente de seu tempo, seja ele o presente ou o passado. Mesmo aquilo que consideramos 'estranho' à luz de nossas próprias concepções culturais é dotado de sentido no interior do contexto cultural onde ganha inteligibilidade".

Nesse sentido Laplantine (1988, p.21), afirma que:

Somos não apenas cegos à dos outros, mas míopes quando se trata da nossa. A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos "evidente". Aos poucos notamos que o menor dos nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) não tem realmente nada de "natural". Começamos então a nos surpreender com aquilo que diz respeito a nós mesmos, a nos espiar. O conhecimento (antropológico) da nossa cultura, passa inevitavelmente pelo conhecimento das outras culturas; e devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não única.

Portanto, pode-se entender que quando o indivíduo mantém-se preso a uma única cultural, torna-se prisioneiro dela. Não conseguindo entender a dimensão, nem mesmo de sua própria cultura. Assim, o indivíduo vive às margens de uma cegueira cultural.

4.7 ETNOCENTRISMO

De acordo com a antropologia, o etnocentrismo se destacou como configuração cultural em três momentos peculiares: na Renascença, no Iluminismo e no século XIX, estendendo-se ao início do século XX, tendo seu primeiro relato por volta de 424 a.C. Este consistia em considerar ou afirmar a existência de culturas boas e ruins, podendo ser manifestado através de comportamento agressivo ou em atitudes de superioridade e até hostilidade. (OLIVEIRA, 2014).

Laraia (2001, p.74) descreve o etnocentrismo como prática de "indivíduos que avaliam as outras culturas a partir da sua e sempre consideram a própria cultura superior às demais". Essa condição, segundo a autora, "é universal e seu ponto de referência não é a humanidade, mas o grupo. Normalmente, acredita-se que o próprio grupo seja o centro da humanidade e até mesmo a única forma perfeita de sua expressão".

Rocha (1984, p.07) define etnocentrismo como "uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência". Colocando uma cultura acima das demais, afirmando ser absoluta e correta, já as demais como subculturas, insignificantes e incorretas.

O autor ainda afirma que o etnocentrismo é um fenômeno formado através da mistura de elementos intelectuais e racionais, como também elementos emocionais e afetivos. Componentes que estão intimamente enraizados na história da sociedade, destruindo a barreira do tempo ou da época, tornando-se, dentre os acontecimentos humanos, um daqueles de mais unanimidade (ROCHA, 1984).

Através do etnocentrismo avaliam-se outros povos e culturas pelos padrões da própria sociedade, que indicam até que ponto são corretos e humanos os costumes alheios. Dessa forma, quando ocorre a identificação com determinada cultura, automaticamente, induz-se à rejeição das outras (MENESES, 1999).

Rocha (1984) exemplifica o etnocentrismo através do choque cultural entre dois grupos distintos. O grupo do "eu" e o do "outro". O autor apresenta a reação de tais grupos quando se encontram.

O grupo do "eu" faz, então, da sua visão a única possível ou, mais discretamente se for o caso, a melhor, a natural, a superior, a certa. O grupo do "outro" fica, nessa lógica, como sendo engraçado, absurdo, anormal ou ininteligível. Este processo resulta num considerável reforço da identidade do "nosso" grupo. No limite, algumas sociedades chamam-se por nomes que querem dizer "perfeitos", "excelentes" ou, muito simplesmente, "ser humano" e ao "outro", ao estrangeiro, chamam, por vezes, de "macacos da terra" ou "ovos de piolho". De qualquer forma, a sociedade do "eu" é a melhor, a superior. É representada como o espaço da cultura e da civilização por excelência. É onde existe o saber, o trabalho, o progresso. A sociedade do "outro" é atrasada. É o espaço da natureza. São os selvagens, os bárbaros. São qualquer coisa menos humanos, pois, estes somos nós. O barbarismo evoca a confusão, a desarticulação, a desordem. O Selvagem é o que vem da floresta, da selva que lembra, de alguma maneira, a vida animal. O "outro" é o "aquém" ou o "além", nunca o "igual" ao "eu".

A percepção da diferença entre os grupos e o julgamento realizado após o encontro é o ponto de partida do etnocentrismo. No entanto, não é um fenômeno de determinado grupo cultural, é um fenômeno universal.

Exemplificando o etnocentrismo, Meneses (1999) cita "a supremacia da cristandade, em que ocorriam massacres dos nativos, "justificados" por essa via. Missionários e conquistadores que extirpavam cultos e costumes, os quais eram vistos como monstruosos, justificando a escravidão". Já em um cenário atual, segundo o autor, pode-se perceber, de forma singela, o etnocentrismo "na maneira como se retratam caipiras em algumas telenovelas e programas humorísticos", a cultura "diferente" não é levada a sério, é apresentada como uma piada.

4.8 ALTERIDADE

De acordo com a etimologia da palavra e seu significado, encontrado no dicionário de filosofia, a palavra alteridade vem do latim *alteritas*, que significa ser outro, e tem a representação de se colocar ou se constituir no lugar do outro. Assim, percebe-se que é um conceito mais restrito do que diversidade e mais extenso do que diferença (ABBAGNANO, 1998, p.34).

De acordo com Molar (2008, p.144), "o interesse pela noção de alteridade deu-se pelas próprias imposições da ordem capitalista, sendo sua necessidade sentida cotidianamente nas relações socioculturais devido às fortes tensões entre os grupos étnicos, sexuais e assim por diante".

O autor Lévinas, filósofo importante no que se refere à alteridade, afirma que o conceito "na atualidade, tornou-se um elemento colaborador para a busca de harmonia na vida em sociedade, onde cada indivíduo possui responsabilidade pelo próximo" (LÉVINAS, 2002, p. 12). "Trata-se do desafio de se respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos" (FLEURI, 2003, p. 497).

Sendo assim, a alteridade se faz importante na realidade social, por proporcionar aos indivíduos a condição de colocar-se no lugar do outro, em compreender suas diferenças e ainda em ver-se no outro, um complexo sobre o entendimento e aceitação do diferente do outro.

De acordo com Sidekun (2006, p.58), a alteridade:

Implica em uma nova reflexão sobre a Ética na Política, no Direito e na Educação. A relação com o outro se realiza pela bondade incondicional que se chamará de justiça infinita que tenho para com ele. A justiça instaura na consciência a verdade que é o reconhecimento da alteridade absoluta do outro que vem em direção da autonomia e segurança do meu "Eu" e o coloca em questionamento pela interpelação Ética.

Dessa forma, a alteridade consiste na compreensão do outro, no entendimento de sua diferença a partir do conhecimento próprio, baseando-se na ética seguida pela sociedade ou pelo indivíduo. Sidekun (2006, p.61) ainda afirma que o reconhecimento da alteridade do outro homem possibilita a experiência ética. Ao que se refere ao conhecimento próprio, ou seja, o eu, a autora Hermann (2006), afirma que "a alteridade é um outro, do qual depende a própria identidade. O outro e o eu estão numa relação complexa em que se remetem reciprocamente. Assim, o outro não só está fora como dentro do indivíduo."

O autor Suess (1992) coloca a alteridade como um recurso de antagonismo a "mesmice sistêmica", que no âmbito da totalidade não permite a novidade, mantendo, assim, o círculo fechado da identidade. Sidekun (2006)

completa afirmando que "é a irrupção histórica da novidade dentro dos processos culturais. É com essa dimensão da alteridade que a cultura é sempre impulsionada pela novidade, pela inovação de outras cosmovisões e tecnologia".

A alteridade é elemento importante da dinâmica cultural, devido à busca pelo reconhecimento do outro e às novidades que se apresentam sucessivamente à cultura. De acordo com Sidekun (2006, p.58), "cultura e alteridade interagem sempre como uma unidade dinâmica, sua relação é um processo dialético", ou seja, alteridade e cultura vivem em um processo de diálogo, em que se deve existir uma troca, no sentido de completarem-se.

Entretanto, na atual realidade social apresentada aos indivíduos, o grande desafio é o de alcançar a compreensão, compreender o próximo e aceitar as diferenças. Dalai-lama dizia que "a coisa mais fácil do mundo é encontrar diferenças. Difícil é harmonizá-las". E nesse sentido que a alteridade encontra barreiras para disseminar-se.

4.9 CULTURA CAIÇARA

A comunidade nativa da Ilha do Mel é formada por caiçaras, antigos índios que a habitavam. O termo caiçara vem do Tupi Guarani *caá-içara* (SAMPAIO, 1987), utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Já o dicionário Houaiss (2000) define a partir da origem da palavra indígena "kaai'sa", que significa "cerca de ramos, fortificação para vedar o trânsito".

Segundo a afirmação de Branco e Caseiro (2005), o termo foi designado aos que habitavam as praias, em economia de subsistência baseada na pesca, extração de palmitos e alguns frutos silvestres e em uma pequena agricultura, na qual prevaleciam os roçados de mandioca, milho e arroz. Os ramos, citados na origem etimológica da palavra, eram utilizados na construção das habitações, na preparação das armadilhas para pescar e caçar, e também proteção do solo cultivado, deixando parte das árvores derrubadas.

De acordo com Adams (2000), são provenientes do resultado da mistura entre portugueses e índios que habitavam o litoral do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Geralmente, vivem da pesca artesanal e agricultura de autoconsumo, sendo que praticam a pesca desde sua existência, há cerca de 300 anos, período anterior à criação do barco a motor, que é datada em 1930. De origem japonesa, a pesca realizada por esse povo era e é, em muitos casos, a artesanal, pois utiliza um barco sem motor (BRANCO e CASEIRO, 2005).

Já sua história, segundo os autores Branco e Caseiro (2005), é formada:

Ao longo de mais de 100 quilômetros de praias retilíneas de mar raso, batido por uma arrebentação constante, gerações e gerações de pessoas nasceram, viveram e morreram em quase completo abandono e esquecimento oficial. A vida das populações caiçaras é, antes de tudo, uma história de sofrimento e sobrevivência extremamente difícil onde estavam sempre presentes a fome, a subnutrição e um rol de doenças fatais.

Historicamente, segundo Adams (2000), a formação das comunidades caiçaras só pode ser entendida no contexto da ocupação do litoral brasileiro e dos ciclos econômicos vividos pela região sul/sudeste. O caráter predominantemente agrícola da colonização fez com que as terras férteis, úmidas e quentes das baixadas fossem as mais ocupadas, inclusive graças à facilidade de escoamento dos produtos para o exterior.

Devido a tais ocupações e à banalização preconceituosa sobre esse povo, o caiçara manteve-se isolado na restinga litorânea, onde percebeu-se forçado a estabelecer seu modo de vida de acordo com o ambiente, buscando sua sobrevivência nos traços culturais herdados, assim constituindo uma cultura específica, profundamente adaptada à natureza - ao rio, à serra, ao mar (BRANCO e CASEIRO, 2005).

Sendo assim, sua economia caiçara era caracterizada por uma oposição tanto à economia indígena primitiva, quanto à economia industrial. Seu sistema de produção era organizado para responder, em primeira instância, às necessidades domésticas, mas ainda assim o caiçara prescindia de insumos externos, para os quais precisava gerar um excedente: ferramentas, habitação, vestuário, sal, pólvora, entre outros. Além disso, devia oferecer uma contribuição à sociedade nacional, sob a forma de impostos (ADAMS, 2000).

A pesca era uma atividade essencialmente masculina, exceto no caso da pesca da tainha, que se constituía numa forma de pesca coletiva (arrasto de praia) de grande importância para as comunidades caiçaras. O peixe era um alimento básico. Em alguns casos eram criadas galinhas e porcos. No Paraná, a troca entre produtos do mar e da roça era comum (Cunha & Rougeulle, 1989; Langowski, s.d.).

A função da mulher na sociedade caiçara era o de mãe de família, dona de casa, trabalhadora do lar e da roça. Seu papel era muito importante e essencial para a manutenção do grupo doméstico, sua reprodução, produção e sobrevivência. Suas tarefas eram bem definidas: preparo do alimento e criação dos filhos.

Ao marido estavam destinadas as atividades de caça e pesca, derrubada e queimada, construção dos ranchos de moradia, transporte e comercialização dos excedentes agrícolas, condução das canoas e dos trabalhos da roça, plantio e colheita (nestes casos podia ser ajudado pela mulher e filhos) (MARCILIO, 1986).

Para as populações caiçaras, as formas de lazer e distração eram as festas, procissões, danças, poucos jogos e os pasquins, espécie de literatura de cordel, a qual relatava a vida nas comunidades. Seu folclore era bastante rico (DIEGUES, 1983 *apud* ADAMS, 2000). A dança típica é o fandango, dança tradicional ibérica, que chegou ao Brasil em meados do século XVIII, dançada pelos colonizadores e seus filhos, o que acabou resultando no "fandango caiçara" dançado em chão de madeira, que corresponde à dança depares e sapateado, ao som de viola, rabeca, pandeiro e vozes, sendo animada pela aguardente. Atualmente, essa dança encontra-se adormecida, no entanto, alguns grupos de fandango apresentam-se, com o intuito de recordar os sons e os passos da cultura tradicional (BRANCO e CASEIRO, 2005).

Em relação às manifestações religiosas, de acordo com Branco e Caseiro (2005), percebem-se vestígios das tradições portuguesas. O autor Langowski, (s.d. p.84) afirma que, normalmente, o caiçara era católico, porém não "[...] no sentido rigoroso do cumprimento das obrigações e preceitos". No entanto, atualmente percebe-se, em meio à religião católica, a presença de outras religiões, como por exemplo, a evangélica.

Já a união dos casais na esfera legal e religiosa, até meados do século XX, não era seguida por toda a comunidade. Sendo a união consensual estável a mais praticada. No entanto, em divergência com a forma de uniões entre os casais, a comemoração do casamento era considerada o ápice na vida dos caiçaras.

A morte era vista como um fenômeno natural e inexorável, sendo o funeral um momento de união e compaixão da comunidade (MARCILIO, 1986). E nas relações apresentadas entre vizinhos e parentes, que residem em outras localidades e na ajuda mútua existente na comunidade, revelam-se costumes, que são preservados atualmente, nas comunidades europeias, africanas e indígenas, quando estão isolados da sociedade urbana.

Nessa perspectiva, salientam-se as relações do caiçara com a vida, pois de acordo com Branco e Caseiro (2005, p. 47) o povo caiçara é:

[...] simples no viver, direto no sentir e no falar. Entre os mais idosos ainda é forte a característica da “falta de ambição”: este despreendimento de riquezas e de bens materiais, esta capacidade de viver bem em condições extremas, o não prever ou se preocupar como amanhã. Não que este povo sofrido tivesse outras oportunidades melhores e as deixasse de lado por puro despreendimento, não. Trata-se sim, de uma arte muito do caiçara, do praiano, de viver bem como tanto que a natureza lhe dá.

A cultura caiçara apresenta-se como uma subcultura dentro de uma outra cultura maior, mostrando uma estruturalização e filosofia diferenciada, que, no entanto, preserva alguns costumes e tradições. Isso é possível observar “[...] nas edificações das habitações, nas técnicas agrícolas e artesanais para preparação de produtos de uso doméstico, até mesmo para receitas, tanto culinárias quanto medicinais, que permaneceram mais próximas dos costumes indígenas com alguns traços lusitanos”(BRANCO; CASEIRO, 2005).

Ao que diz respeito às habitações caiçaras, apresentavam a mesma estrutura do caipira, sendo com paredes de pau-a-pique, telhado de sapê de duas águas, algumas vezes caiada. O chão era de terra batida e os móveis escassos (Carvalho, 1940). Uma grande quantidade de símbolos e figuras dotadas de significados decoravam as habitações (Setti, 1985). Atualmente, algumas coisas mudaram, as paredes e o chão, geralmente, são de madeira e

os telhados, em alguns casos, permanecem tradicionais, com sapê de duas águas. Outros passaram a utilizar a telha tradicional.

Em relação à educação, segundo os autores Branco e Caseiro (2005), quando se tratava de comunidades caiçaras isoladas, as crianças não frequentavam a escola. Educação, nesses casos, fundamentava-se na vivência da realidade cotidiana, onde se passavam os ensinamentos através de histórias, músicas típicas e religiosidade. Os princípios essenciais ensinados eram a coragem, o trabalho, a responsabilidade e a criatividade. Os autores também afirmam que, em muitos casos, as crianças também não possuíam contato com outras crianças e seus brinquedos eram produzidos artesanalmente por elas mesmas, imitando o adulto em seu cotidiano.

Contudo, como já afirmado, a cultura caiçara apresenta algumas alterações, provenientes do contato com outras culturas e transformações internas dentro das comunidades. Mourão (1971) considera que a partir do século XX, no momento chamado de “prosperidade”, novas alternativas econômicas foram apresentadas aos caiçaras, resultando no abandono de suas atividades tradicionais e no aumento da população não nativa, a qual era composta por indivíduos oriundos dos centros urbanos.

No entanto, em diversidade dessa transformação, nos momentos de estagnação da nova atividade estabelecida, normalmente, a comunidade caiçara retorna a realizar suas atividades tradicionais, resultando em um revezamento em suas atividades econômicas (MOURÃO, 1971).

4.10 RELAÇÕES INTERCULTURAIS: INTERCULTURALIDADE

Diante da diversidade cultural existente na atualidade, processos culturais foram surgindo. Alguns se apresentando de maneira hostil sobre a cultura ou até mesmo ofensiva, como por exemplo, o etnocentrismo. No entanto, observa-se que outros se apresentam de maneira agradável diante do cotidiano como, por exemplo, a interculturalidade.

Esse processo surge com a proposta de igualdade cultural, ou seja, nenhuma cultura sobrepõe-se sobre à outra, não há melhores e nem piores, há apenas trocas culturais, ou seja, indivíduos distintos, com culturas distintas

trocando conhecimento, tendo o respeito cultural como ferramenta de comunicação.

Ao tratarmos de interculturalidade, referimo-nos ao contato entre pessoas de culturas distintas, de universos simbólicos compartilhados, cujo termo assinala uma dimensão de interação, como aponta Demorgon (1999).

A interculturalidade apresenta, como proposta prática, reestruturar a realidade estabelecida contra paradigmas dominantes, reconhecendo a existência da pluralidade cultural. Sendo assim, a interculturalidade também segue o caminho da solidariedade entre culturais diferentes que se respeitam, ou seja, uma sociedade solidária que vive em meio à alteridade, baseando-se no respeito (SIDEKUN, 2006).

A autora Freitas (2012, p.83) afirma que é "[...] tentar equacionar e decifrar a difícil gramática da convivência entre os diferentes, respeitando as particularidades sem perder a perspectiva da igualdade no sentido da salvaguarda da dignidade humana".

A autora ainda afirma que "[...] para a interculturalidade não basta saber identificar as diferenças, são necessárias a interação e a troca entre as partes (FREITAS,2012, p.93). Em reflexão da afirmação de Freitas, pode-se dizer que o respeito entre os indivíduos culturalmente diferente é o grande precursor desse processo cultural.

Entretanto, "[...] esse respeito é percebido através do reconhecimento das diferenças, da complexidade dos diferentes universos culturais e da busca por soluções possíveis a partir de atitudes coletivas, que considerem o que o 'outro' tem para contribuir" (FREITAS, 2012, p. 94).

Esse contexto de interação com os demais sujeitos se configura através do diálogo, o qual induz os indivíduos a uma troca de experiências, proporcionando, assim, uma contribuição de ambas as partes, para a realidade cultural do outro. Segundo Panikkar (1996, p.41), a interculturalidade "[...] é o lugar do diálogo do diálogo".

Quando ocorre esse diálogo, baseado no respeito e na troca de experiências, pode-se falar em interculturalidade, que segundo a autora Freitas (2012, p. 93-94), "[...] é definido como a interação e o convívio entre as diferentes culturas, que além de praticarem o reconhecimento das diferenças, realizam a interação e a troca entre as partes".

Dantas (2012, p. 15) afirma que "[...] o diálogo intercultural é proposto a partir da superação da concepção de cultura como algo estático, de entidades encerradas em si mesmas", ou seja, o diálogo intercultural só é possível após o entendimento de que a cultura é dinâmica e que está em constante processo de transformação. Sendo assim, a interculturalidade evidencia a importância de priorizar o diálogo, o desejo da interrelação sem dominação (DIBBITS, 2010).

Sendo assim, o diálogo intercultural tem como pressuposto o reconhecimento da alteridade e do direito de ser diferente. Dialogar com as culturas é, antes de tudo, aceitar o Outro em seu contexto cultural e superar os complexos das divergências cultivados pelos preconceitos (SIDEKUN, 2000).

Entretanto, para que o diálogo ocorra harmonicamente, deve-se privilegiar o respeito. De acordo com Arruda (2012, p.161):

[...] Só haverá um diálogo intercultural se houver efetivamente uma troca, uma abertura para a compreensão do que o outro diz, propiciando uma reflexão conjunta e a procura de um consenso sobre a questão em pauta que leve à aceitação e mesmo à adoção de práticas sociais diferenciadas.

O entendimento e a aceitação do diferente são essenciais para que o diálogo flua. O encontro entre realidades e culturas diferentes é inevitável, tendo como caminho harmônico, o respeito e compreensão sobre o outro.

4.11 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Inicialmente, sugere-se um entendimento sobre os conceitos de comunidade e desenvolvimento, para que a partir dessas concepções sejam apresentadas definições sobre o desenvolvimento comunitário local. Entende-se que a conceitualização de desenvolvimento comunitário ou local abrange diversas questões científicas e metodológicas, as quais exigem um aprofundamento maior em relações aos seus termos, para assim conseguir efetivamente ampliar essas concepções para o entendimento desse conceito.

Iniciando tais conceitualizações, em uma definição estrutural, Agnes Heller (2000, p. 70-71) afirma:

[...] A comunidade é uma unidade estruturada, organizada, de grupos, dispondo de uma hierarquia homogênea de valores e à qual o indivíduo pertence necessariamente; essa necessidade pode decorrer do fato de se 'estar lançado' nela ao nascer, caso em que a comunidade promove posteriormente a formação da individualidade, ou de uma escolha relativamente autônoma do indivíduo já desenvolvido.

A partir da concepção da autora, entende-se que o indivíduo estará diante de uma realidade já construída, a qual possui uma organização estrutural e dentro dela valores que devem ser seguidos e respeitados pelos indivíduos que a compõem. A inserção do indivíduo ocorrerá através do natural, ou seja, do seu nascimento, fato que não possibilita a escolha e que promove no sujeito, a partir de sua organização e valores, sua formação; e propósito, que se define através da escolha do indivíduo e, a partir de sua organização e valores, promove a transformação individual do sujeito.

No entanto, essas comunidades, como afirma Godinho (2012, p. 9), são normalmente constituídas por grupos de familiares, vizinhos e amigos que têm afinidades ou uma relação de proximidade entre si, habitam, especialmente, o mesmo local (bairro, cidade, aldeia, etc.). O bem estar é um objetivo em comum entre os membros da comunidade, melhorias na educação, saúde, infraestrutura de habitação, entre outros são pretensões comuns, ou seja, a comunidade dispõe da existência de um objetivo comum.

Entretanto, em uma definição mais afetiva em relação ao social, o autor Weber aponta uma comunidade como "sentimento vindo de nós", ou seja, o autor diz que para definir uma comunidade "é necessária a existência de uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social [...] repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo" (Weber, 1972, p.25).

Ainda em relação à afetividade social, os autores McMillan e Chavis (1986, p. 9) abordam como "[...] um sentimento de pertença que os membros possuem, de que os membros se preocupam uns com os outros e com o grupo, e uma fé partilhada de que as necessidades dos membros serão satisfeitas através do compromisso de permanecerem juntos".

Nesse sentido, em termos de complementar os autores, apresenta-se a fala do autor Sarason, que faz uma descrição psicológica do sentimento de comunidade como "[...] o sentimento de que fazemos parte de uma rede de

relacionamento de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender” (SARASON, 1974, p.1).

Percebe-se, no entanto, que diante das falas dos autores, a comunidade segue a partir de quatro vieses: o organizacional, a inserção, os objetivos em comum (inicialmente individuais, que posteriormente tornam-se coletivos) e as ligações sentimentais entre os membros. A união desses fatores originam o sentimento do que é uma comunidade, de como é, e de quem as compõem. Para abordar o termo "comunidade", desejavelmente, deve-se enfatizar os indivíduos, a partir desses fatores, observando suas características e aptidões, para assim compor esse sistema comunitário.

Ainda sugere-se o entendimento de desenvolvimento fora da esfera comunitária, para após abranger conceitualizações de desenvolvimento comunitário. O conceito de desenvolvimento, segundo Polèse (1998), é um conceito “vivo” e complexo – que sofreu e vem sofrendo diversas modificações marcantes, principalmente nos últimos 50 anos e em particular nos últimos 20 anos. Nesses últimos séculos observamos uma transformação admirável ao nível da qualidade de vida, do crescimento econômico e da população, com o avanço dos processos de urbanização, industrialização e das inovações tecnológicas envolvidas.

Entretanto, diante de todas essas transformações, o autor Oliveira (2002, p.38) sugere uma conceitualização, “[...] o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem estar econômico e social” (VASCONCELO e GARCIA, 1998, p.205 *apud* OLIVEIRA, 2002, p.38).

Já Parreira (2009) sugere uma definição "alternativa" para o conceito de desenvolvimento, pois afirma que no momento vivido pela humanidade ocorre uma tendência de cada vez mais afastar-se da natureza, obtendo assim uma vida cada vez mais "não natural", o que impacta todos os âmbitos da vida humana. O autor afirma que "deve-se essencialmente defender uma existência com qualidade e consciência no presente" e:

[...] Exige-se uma atenção mais forte e urgente a um conceito alternativo de desenvolvimento e basicamente um novo estilo de vida, equilibrado, respeitando a Mãe Natureza, com métodos de produção naturais e biologicamente seguros, novos padrões de consumo, um trabalho criativo, libertador, respeito pelos mais básicos valores e Direitos Humanos (PARREIRA, 2009, p.13).

Passando da percepção de desenvolvimento e ampliando para o desenvolvimento comunitário, entende-se que ele procura melhorar as condições de vida daqueles que habitam um local. Procura o desenvolvimento equilibrado e integrado de uma comunidade, com o máximo respeito pelos seus valores próprios e procurando tirar partido da sua riqueza histórica (SANTOS, 2002).

Para as Nações Unidas:

[...] O desenvolvimento comunitário é uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação econômica, social e cultural das suas coletividades, de associarem essas coletividades a vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do País.

Em termos gerais, o desenvolvimento comunitário foi considerado em dois âmbitos, habitantes de um país em sentido amplo, apresentando-se como uma grande comunidade; e no regional/local, em um sentido delimitado como uma pequena comunidade, sendo que ambos possuem sujeitos que compartilham de um mesmo objetivo: o progresso em todas as suas vertentes. Ao final do processo, mesmo sendo no sentido delimitado, proporcionaram resultados amplos, abrangendo o sentido de nação, ou seja, as pequenas comunidades que compõem uma nação unirão esforços que refletirão na grande comunidade, que é a nação de um país.

Em um contexto mais delimitado, o autor Santos (2002, p.01) aponta que no desenvolvimento local, deve-se "[...] realizar ações sobre as potencialidades locais e é, acima de tudo, o ajuste de estratégias e metodologias de ação que pretendem alterar, para melhor, o contexto e o nível de vida das pessoas dessa comunidade".

Observa-se que foi utilizado o termo "local" ao invés de "comunitário", isso se explica a partir das concepções de Parreira (2009), que afirma:

[...] O desenvolvimento local assume uma multiterritorialidade (do local ao global), desde o espaço individual, familiar, comunitário, do bairro, da aldeia, da freguesia, da comunidade, da cidade, do conselho, do distrito, da região, até à nação, o país e as suas relações internacionais e globais.

Ou seja, o desenvolvimento local pode ser considerado o desenvolvimento comunitário, visto que a comunidade explorada/estudada é local de desenvolvimento. Adotando como significado o sentido de "pertencente ou relativo a determinado lugar" (Dicionário Michaelis). O que se observa é uma opção entre os termos.

No entanto, nessa pesquisa optou-se pelo termo "desenvolvimento comunitário", que em todo seu complexo de conceitualização, remete-nos à interdisciplinaridade que propõe a integração das diversas disciplinas, a partir da compreensão da diversidade existentes sobre causas ou fatores que interferem sobre a realidade. Assim propõe-se uma conversa de caráter complementar, das diversas áreas de conhecimento (FAZENDA, 1999).

Segundo Silva (1962), o desenvolvimento comunitário advém de uma síntese de conhecimentos relacionados a diferentes disciplinas, como por exemplo, Economia, Psicologia, Sociologia, Antropologia Cultural, etc. Tais conhecimentos são aplicados convergentemente ao fenômeno do progresso humano, de forma a suscitá-lo, orientá-lo e controlá-lo.

O mesmo autor ainda aponta que o desenvolvimento comunitário baseia-se em alguns princípios como:

- [...] Parte das necessidades «sentidas» pela população; criar ou consciencializar necessidades é uma das tarefas dos técnicos ou agentes do desenvolvimento comunitário.
- Envolve a população no seu próprio desenvolvimento, fazendo-a tomar consciência de que este é obra sua e portanto deve ser feito com a sua adesão, o seu esforço e os seus recursos.
- Suscita o máximo aproveitamento dos recursos locais (conhecidos e potenciais) tanto materiais como humanos. A prospecção destes recursos é uma tarefa importante a realizar por toda a população, naturalmente com o apoio dos técnicos que podem trazer à população pistas novas.
- Proporciona uma colaboração eficaz entre as populações e os serviços, assegurando a estes a maior rentabilidade. Sobretudo, nos casos de comunidades atrasadas, os serviços deparam com uma falta de receptividade que constitui poderoso entrave a uma ação eficiente. O desenvolvimento comunitário cria nas populações um espírito de receptividade e cooperação que constituem fatores de máximo aproveitamento dos serviços existentes.

- Fomenta a cooperação e entre ajuda, quer enquanto atitude de espírito quer na organização econômica e social da comunidade (cooperativas, centros comuns de gestão, agricultura de grupo, etc).
- Procura uma resposta global para os diferentes aspetos da promoção humana. Principiando embora por um aspeto particular (nutrição, cooperativas de crédito, etc.), há que ter sempre em conta a situação global a transformar e as interações que, inevitavelmente, se criam entre todas as variáveis do processo. (SILVA, 1962, p. 3).

Sendo assim, busca-se no desenvolvimento uma qualidade e nível de vida admissíveis para a população, oferecendo-lhes, no mínimo, o atendimento das necessidades básicas como alimentação, saúde, educação e habitação, assim como deseja-se o respeito por essas comunidades.

Contudo, de acordo com Godinho (2012), para a efetividade do desenvolvimento se faz pertinente o envolvimento e interesse na resolução de necessidades existentes, sendo necessária a participação de todos os indivíduos. Apenas dessa forma, se alcançará uma válida melhoria na vida de todos, utilizando-se do desenvolvimento comunitário.

4.12 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A história das Unidades de Conservação (UC) iniciou-se na data de 01 março de 1872, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, localizado nos Estados Unidos. Segundo Costa (2002), esta criação originou as primeiras conceitualizações sobre áreas naturais, destacando o interesse ambiental sobre locais possuidores de belezas cênicas que conduzem o individuo visitante à meditação.

Após essa criação, eventualmente, foram surgindo outras. Os primeiros países a seguirem o exemplo foram: “Austrália (1879), Canadá (1885), Nova Zelândia (1894), África do Sul (1898), México (1899), Argentina (1903), Chile (1926), Equador (1934), Venezuela (1937) o Brasil (1937). No Brasil, a primeira Unidade de Conservação foi o Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro, com fins científico e turísticos” (COSTA, 2002. p. 16).

Um marco importante, em questões de preservação, foi em 1982, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no

estado do Rio de Janeiro, onde se estabeleceu, em um de seus artigos, a importância do desenvolvimento de programas ou planos e estratégias para a utilização sustentável e conservação da diversidade biológica, buscando também agregar a utilização sustentável e a conservação dos recursos naturais. Desse modo, é imprescindível para a implementação de tais medidas, inicialmente, verificar áreas prioritárias destinadas à preservação da biodiversidade e a conservação (HENRY-SILVA, 2005).

De acordo com Kinker (2002), o Brasil possui 8,13% de seu território legal protegido em Unidades de Conservação, as quais passaram a possuir regulamentação própria, apenas com a Lei nº9.985, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Tal sistema é constituído pelo conjunto das Unidades de Conservação, que, através de planejamento, manejo e gerenciamento, é apropriado para viabilizar os objetivos nacionais de conservação (MILANO, 1989).

O autor Henry-Silva (2005) afirma que o SNUC é administrado pelos seguintes órgãos: Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo, o qual possui a função de acompanhar a implementação do sistema; Ministério do Meio Ambiente, que possui a função de coordenar o sistema; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Órgãos Estaduais e Municipais, os quais têm a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais.

O SNUC explana seus objetivos na Lei 9.985 art. N° 04:

- I - [...] contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Dentre diversos objetivos, destaca-se a preservação ambiental. No entanto, sabe-se que as áreas naturais possuem características distintas, que demandam objetivos diferentes, tornando coerente a ideia de ampliação sobre o grupo de Unidades de Conservação que é definida pelo SNUC como:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, (BRASIL, 2000, lei 9.985 art. N°02).

De acordo com o art. n°02, as Unidades de Conservação são determinadas áreas de interesse ambiental, definidas através do poder público, afins de conservação e proteção. Para o autor Kinker (2002), são áreas naturais ou seminaturais que através de razões técnico-científicos e socioeconômicas estão em regime especial de administração. Essas Unidades de Conservação possuem limites e localização definidos, suas características ecológicas e paisagísticas são de relevante importância.

Observa-se, nas conceitualizações apresentadas, o claro objetivo de preservação ambiental, porém como afirma Wilson (1997), "até mesmo essas Unidades de Conservação são vulneráveis a pressões políticas e econômicas", ou seja, o legado ambiental também participa da relação de poder existente, e seu destino está vinculado a isso.

Buscando tornar mais eficiente a preservação e conservação dos meios, a Lei n° 9.985 (BRASIL, 2000) apresenta uma divisão nas Unidades de Conservação em dois grupos específicos: as Unidades de Proteção Integral, que segundo o SNUC (2000) têm como objetivo "preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei", e as Unidades de Uso Sustentável, as quais têm o

objetivo de "compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais" (SNUC, 2000).

As Unidades de Proteção Integral são compostas pela: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Nacional e Refugio de Vida Silvestre. Já as Unidades de Uso Sustentável são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (BRASIL, 2000).

Em um mesmo grupo, mas em categorias distintas, pode-se observar a demanda por objetivos diferentes, a exemplo das Estações Ecológicas, que segundo Costa (2002), são criadas para preservar a natureza e servir como objeto de pesquisas científicas. Sendo uma categoria não apropriada para visita turística, já que tal atividade pode comprometer as pesquisas científicas. No entanto, há exceções nas visitas, se houver finalidades educacionais.

O PARNA (Parque Nacional), pertencente ao mesmo grupo, mas sendo outra categoria, apresenta como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e o Ecoturismo. (COSTA, 2002).

Diante de tais exemplos, evidenciam-se distinções dentre as categorias e os grupos existentes no SNUC, sendo que cada qual busca preservar as características relevantes existentes nas áreas e utilizar os recursos disponibilizados, de acordo com seu interesse ambiental. Entretanto, para a criação de uma Uc, segundo o SNUC (2015), "deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento".

Afirma-se que "para ser aprovada uma proposta de criação de uma nova unidade de conservação esta deve ser bem fundamentada do ponto de vista técnico-científico" (HENRY-SILVA, 2005). E a utilização dessas áreas depende de algumas regras e restrições estabelecidas nos Planos de Manejo.

Segundo o MMA (2000), o plano de manejo apresenta ações conjuntas que trabalham com questões cotidianas, necessárias para alcançar os objetivos propostos. Isso significa utilizar adequadamente os recursos existentes, sejam eles biofísicos ou humanos.

Ainda de acordo com o MMA (2000), o plano de manejo é imprescindível para o planejamento das Unidades de Conservação (Ucs), em que se define o zoneamento das Ucs, caracterizando suas zonas, propondo desenvolvimento físico e estabelecendo diretrizes básicas para o manejo das áreas. Além disso, compreende o entorno e incluindo medidas que promovam a integração da vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Entretanto, dentre as categorias de Uc, será explanado sobre a Estação Ecológica, categoria à qual o objeto de estudo é pertencente. Segundo o SNUC (2000), "a Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, é de posse e domínio público". "A visitação pública não é permitida, exceto quando com objetivo educacional, o qual terá que seguir regras do plano de manejo ou regulamento específico, ainda dependendo da autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade".

É pertinente salientar que, segundo Henry-Silva (2005), inicialmente a conceitualização de Estação Ecológica incidiu através do Decreto Federal nº 84.973, de 29 de julho de 1980, que explanava sobre a localização das Estações Ecológicas e Usinas Nucleares. "Art. 1o - As Usinas Nucleares, deverão ser localizadas em áreas delimitadas com Estações Ecológicas" (BRASIL, 1980).

O autor Henry-Silva (2005) explica que a co-localização de Usinas Nucleares e Estações Ecológicas possibilitaria criar apropriados mecanismos de acompanhamento das características ambientais. E que as Estações Ecológicas possuíam a função de atuar como uma proteção, na ocorrência de acidente nuclear.

Entretanto, na condição de Unidade de Proteção Integral, as únicas alterações de ecossistemas permitidas são:

- [...] Medidas que visem à restauração de ecossistemas modificados;

- Manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;
- Coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;
- Pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares (SNUC, 2000).

A intervenção humana nas Estações Ecológicas são extremamente reduzidas, permitidas apenas em situações favoráveis ao meio, sendo através do manejo ou de estudos. Outra Uc existente no objeto de estudo é o Parque Estadual, que dentro do SNUC é a categoria de Parque Nacional. O que difere a nomeação é o órgão criador que nesse caso é o Estado.

Sendo assim, utiliza-se a conceituação de Parque Nacional que, segundo o SNUC (2000), possui a finalidade de preservar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, permitindo atividades de educação e interpretação ambiental, pesquisas científicas e recreação em contato com a natureza e o Ecoturismo.

O Parque Nacional, assim como a Estação Ecológica, é posse e domínio público. A visitação está sujeita a regulamentos apresentados no Plano de Manejo da área, como a visitação para pesquisa depende de autorização prévia.

De acordo, com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2011), os Parques Nacionais são populares, devido às atividades que proporciona, como o Ecoturismo, a recreação e educação ambiental, que possuem um grau elevado de importância sobre a população . No Brasil a história dos Parques Nacionais inicia-se através da criação do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937. Após, ocorreu a criação de outros 273 parques (federais, estaduais e municipais), totalizando 345.093km². Uma vasta área que permite a visitação pública, propiciando uma variedade de experiências e interação entre o visitante e a natureza, ou seja, possibilita o Ecoturismo.

4.13 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com Bellen (2006), o conceito de desenvolvimento sustentável vem de um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação entre a sociedade civil e o meio natural. Segundo Moraes (2009), esse conceito existe desde quando o homem convive com a natureza, tentando preservá-la para haver continuidade na obtenção dos alimentos e do vestuário.

Um marco importante para o esclarecimento do desenvolvimento sustentável foi o Relatório *Our Common Future* ou Relatório *Brundtland*, desenvolvido pela *World Commission on Environment and Development* (WCED), sob a coordenação de Gro *Brundtland*. Tal relatório contém informações colhidas pela comissão, ao longo de três anos de pesquisa e análise, sendo definido como desenvolvimento sustentável, o que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Ainda na década de 1980, segundo Rodrigues (2009, p.41), "[...] ocorreu outro evento importante: a Convenção de Basiléia, em 1987, que estabeleceu um acordo internacional com regras para o movimento de resíduos entre fronteiras". A autora ainda afirma que, na década de 1990, ocorreu um significativo avanço para as questões ambientais, sendo "[...] marcada como aquela em que houve um grande impulso com relação à consciência ambiental na maioria dos países" (RODRIGUES, 2009, p.41).

Em relação à conceitualização de desenvolvimento sustentável, pode-se afirmar que foi legitimada a partir de preocupações na relação entre o processo de desenvolvimento e os problemas ambientais (MOURA, 2000). Sachs (1994) apresenta, em relação à transição do desenvolvimento quantitativo para o desenvolvimento sustentável, uma aparente concordância quando afirma:

[...] A necessidade de impedir o consumo excessivo pelos países industrializados em função da não sustentabilidade em longo prazo e a necessidade de crescimento dos países pobres; e, não considerar as metas ecológicas e econômicas como conflitantes, mas incorporar o conceito de complementariedade (SACHS *apud* RODRIGUES, 2009, p. 42).

O autor Contanza (1991) declara que para o desenvolvimento ser sustentável, deve assegurar que a vida humana continue indefinidamente, com o crescimento e desenvolvimento de suas culturas, porém que permaneça

dentro de seus limites sem destruir a diversidade, a complexidade e funções de um sistema ecológico.

Nesse sentido, não se pode descartar a relação temporal existente entre a vida humana e o desenvolvimento sustentável. De acordo com Bossel (1999), "a sustentabilidade de um sistema só pode ser observada a partir da perspectiva futura, de ameaças e oportunidade, envolvendo, assim, a questão temporal".

Em perspectivas de transformações temporais, que ocorrem na realidade cotidiana, em âmbito mundial, o autor Bellen (2006) diz que o desenvolvimento sustentável deve ser dinâmico devido às constantes mudanças vividas pelos indivíduos e o meio ambiente. Constantes modificações acontecem nas tecnologias, culturas e valores, exigindo que uma sociedade sustentável permita e sustente essas modificações, pois é um processo dinâmico de evolução.

Tal processo de evolução propõe mudanças sociais, fatos que se encontram com a afirmação de Kraemer (1996), a qual introduz uma dimensão ética e política, considerando o desenvolvimento como um processo de mudança social, com conseqüente democratização do acesso aos recursos naturais e distribuição equitativa dos custos e benefícios. Sendo assim, apresenta-se como uma vertente importante à economia.

Desse modo, entende-se que é necessário um equilíbrio harmônico entre o desenvolvimento econômico e humano, para que esse processo alcance vias sustentáveis, incidindo em um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizem e reforcem o potencial do presente e futuro (RAFUN, 2010, s/p).

A relação econômica também foi abordada em 2002, na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, onde se afirmou que o desenvolvimento sustentável é construído sobre três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e o desenvolvimento ambiental. Assim, constitui-se a base para a harmonia entre o ser humano e o ambiente natural (UNITED NATIONS, 2002).

Entretanto, essa relação econômica deve ser analisada com prudência, pois segundo Sachs (1995), "[...] o desenvolvimento não se confunde com

crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária, porém não suficiente".

Nesse contexto, o autor Ignacy Sachs faz uma abordagem mais complexa sobre os pilares do desenvolvimento sustentável, afirmando que são cinco dimensões. Sachs (1994) declara que se deve possuir uma visão holística dos problemas da sociedade, descentralizando o olhar sobre a gestão dos recursos naturais. É analisar o contexto com reflexões profundas, que visam a uma real mudança na realidade da sociedade.

Sendo assim, o pensamento de Sachs fundamenta-se, principalmente, em um aprendizado de como crescer economicamente, sem destruir o meio ambiente, levando em consideração os fundamentos de equidade social (SACHS, 1995).

Nesse contexto, o autor refere-se às cinco dimensões as quais julga base para o desenvolvimento sustentável, sendo elas:

- ✓ Dimensão social: os indivíduos, em sua coletividade, devem buscar uma nova forma de viver, buscando harmonizar o presente e o futuro. Alcançar o desenvolvimento econômico incorporado à qualidade de vida em nível mundial, significando, por exemplo, melhorias nas ofertas de emprego, na educação, na saúde e na distribuição de renda (SACHS, 1994).
- ✓ Dimensão econômica: sugere-se para a questão econômica uma reformulação microeconômica (pensada de forma específica e individual) e macroeconômica (pensada de forma coletiva, em nível mundial). Os países devem gerenciar os recursos financeiros de maneira mais eficiente, disponibilizando investimentos públicos e/ou privados para projetos que possuam como finalidade o alcance dessa nova forma de crescer. Abordam-se, também, questões como: a dificuldade de acesso às novas tecnologias pelos países em desenvolvimento, as dívidas externas e internas dos países, além das desigualdades de renda, a queda das barreiras protecionistas existentes no comércio internacional e a escassez de recursos financeiros para pesquisa básica e aplicada, (SACHS, 1994).
- ✓ Dimensão ecológica: a variável ecológica mantém questões bastante discutidas por outros autores, como o uso racional dos recursos

naturais, sendo eles renováveis ou não. No entanto, Sachs (1984) afirma que o planeta está alcançando seu limite, sendo necessários processos produtivos mais limpos e eficientes. Para isso são precisas quantidades menores de energia, água, matérias-primas e insumos, buscando produzir apenas o necessário para atender a demanda da população mundial, entretanto, buscando diminuir a degradação ambiental. Outra alternativa é utilizar os recursos tecnológicos para prolongar a disponibilidade dos recursos e limites do planeta. A preservação da biodiversidade (fauna e flora) deve ser contínua, devido à grande importância que exerce sobre a capacidade e qualidade de regeneração ambiental. Nesse sentido, o autor associa a sobrevivência das espécies vegetais e animais à sobrevivência humana (SACHS, 1994).

- ✓ Dimensão Espacial: sugere a utilização adequada do solo e a adequação na configuração de distribuição territorial das populações urbanas e rurais, buscando o equilíbrio nessa distribuição, como também, nas atividades econômicas realizadas por elas, sejam do setor primário, secundário ou terciário. Sachs afirma que a distribuição atual fragiliza os ecossistemas, devido à grande concentração nas áreas urbanas (SACHS, 1994).
- ✓ Dimensão Cultural: evidencia-se a importância da cultura específica de cada comunidade, atentando-se ao resgate cultural e histórico por meio da participação ativa das comunidades no processo de elaboração das estratégias, objetivando alcançar o desenvolvimento sustentável (SACHS, 1994).

Portanto, o conceito proposto por Sachs é de:

[...] Um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto, ou seja, que atenda às dimensões social, econômica e ambiental, sendo o mesmo tratado numa perspectiva multidimensional que articula aspectos econômicos, políticos, éticos, sociais, culturais e ecológicos, (SACHS, 1994 *apud* RODRIGUES, 2009).

Nesse contexto, das cinco dimensões apresentadas por Sachs, percebe-se uma conversação entre a equidade social, o crescimento econômico, a

preservação ambiental, o território ocupado e a cultura vivida, um olhar não resumido sobre a realidade e condição dos ecossistemas.

Entretanto, em meio aos discursos positivos sobre desenvolvimento sustentável, o autor Fernandez (2000) faz apontamentos sobre possíveis ilusões da realidade coletiva. Ele afirma que a expressão de desenvolvimento sustentável está iludindo a população, que permanece acomodada acreditando que algo está sendo feito, porém a lógica da economia existente torna impossível a eficiência do mesmo, pois, para uma porcentagem da população, é apenas um alívio em suas consciências e para outra é uma forma de obter lucro com seus produtos, que enfatizam as questões ambientais.

Em relação à obtenção de lucros que Fernandez (2000) comenta, May (2010) apresenta uma importante menção sobre a questão. O autor afirma que diante das consequências do sistema capitalista, surgiu uma convenção denominada "Desenvolvimento Sustentável", que se revelou capaz de modificar a realidade das empresas alocadas no capitalismo, obrigando-as a adquirirem condições para gerenciar demandas sociais e conflitos ambientais, objetivando manterem-se competitivas. Assim, origina-se o ambientalismo empresarial e, atualmente, o movimento de Responsabilidade Social Empresarial, os quais surgem a fim de maximizar os lucros das empresas, utilizando-se do marketing verde.

Nesse contexto capitalista, segundo Pinheiro (2001, p.57), "[...] em meio à alienação, consumismo e ativismo de transnacionais, inicia-se a corrida maluca para transformar a problemática ambiental em perspectivas de negócios milionários".

Sendo assim, levantam-se possibilidades de que o desenvolvimento sustentável esteja destinado ao insucesso, pois "qualquer processo ou é de desenvolvimento ou sustentável", duas variáveis incompatíveis, como afirma Fernandez (2000). Entretanto, o autor faz uma ressalva no sentido de não descartar o desenvolvimento sustentável, apontando uma possível solução para tal realidade coletiva. Ele afirma que a única esperança é que ocorram mudanças econômicas e culturais, pois será mais eficiente evitar problemas ambientais, através da mudança na sociedade, do que procurar soluções para problemas já existentes.

Entretanto, Sachs (2004) alerta a sociedade sobre a confusão realizada na relação entre o desenvolvimento e o crescimento econômico. O autor afirma que "[...] o desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária, porém não suficiente" (SACHS, 2004, p.214).

Nesse sentido, Sachs (2004, p. 215), afirma que:

[...] O desenvolvimento sustentável depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto. Este não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade, estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo e escalas espaciais distintas. A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em *desenvolvimento sustentável*. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente *includente*, ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo.

Contudo, percebe-se certo nível de concordância entre o autor Fernandez e Sachs, no que diz respeito à possível solução para os conflitos existentes na relação entre desenvolvimento e processo econômico. Ambos os autores concluem seus pensamentos através da transformação ou modificação cultural da sociedade, afirmando que, para alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessária uma conscientização social sobre os problemas ambientais, tendo como possível caminho a cultura.

4.14 ECOTURISMO

O Ecoturismo aparece como uma proposta conservacionista, pois é um segmento do turismo que aponta preocupação com o meio ambiente, valoriza as comunidades locais, exige qualidade de vida, hospitalidade, recreação, segurança e serviços inter-relacionados, segundo Barreto e Tamanini (2002).

A preocupação ambiental iniciou-se, segundo Kinker (2002), nos anos 80, surgindo como resposta aos impactos negativos que a sociedade estava causando ao meio ambiente, os quais propiciaram a ideia de conservação. Nessa mesma época, o turismo de massa estava sendo apresentado como principal agressor da paisagem natural e cultural. E ao mesmo tempo se

enfaticava a necessidade de afastar-se da rotina dos centros urbanos. A partir desse momento o turismo em áreas naturais e o Ecoturismo começaram a ganhar destaque.

Cinco anos após seu surgimento, o Ecoturismo passou a possuir espaço nos projetos das Instituições brasileiras, como preconiza o Ministério do Turismo (2010), "o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), iniciou o "Projeto Turismo Ecológico". Após dois anos, em 1987, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), juntamente com a Comissão Técnica Nacional. Ainda nos anos 80, foram disponibilizados os primeiros cursos de guia de turismo. Essas ações em prol do Ecoturismo ocorreram com o objetivo da organização desse novo segmento.

Ainda de acordo com o Ministério do Turismo (2010), em 1992, no Rio de Janeiro, houve um importante evento para a história do Ecoturismo, a ECO 92, que após alguns anos trouxe a Agenda 21, ocorrendo especificamente no ano de 1996. Já no ano de 2002, ocorreu outro encontro importante, a Cúpula Mundial de Ecoturismo, realizada em Quebec, no Canadá. Esses eventos foram cruciais para o desenvolvimento do Ecoturismo e para sua conceitualização.

Contudo, há várias conceitualizações de ecoturismo. Como a do autor Ziefer, (2002, *apud* KINKER 2002, p.20) que aponta o ecoturismo como uma viagem a áreas relativamente preservadas com o objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente". Já a Embratur (2003) apresenta uma definição com caráter mais abrangente, afirmando que:

[...] O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações (BRASIL, 2008, p.16).

Wallace (1995, p.49) aborda a efetiva preocupação com a flora, a fauna, e a geologia, assim como com a comunidade local, a qual chama de guardião, relatando a preocupação com suas necessidades, cultura e relacionamento com a terra. Trazendo as áreas naturais, utilizadas pelo segmento, como a

"casa de todos nós", mais sobretudo como a "casa dos habitantes locais e vizinhanças".

A comunidade local tem sido apresentada em algumas das definições, isso porque, segundo Pires (2005, p. 487), "[...] a motivação para o deslocamento do turista é a contemplação e a observação das características naturais e dos recursos culturais", quando se refere ao segmento do Ecoturismo.

No entanto, o autor Swarbrooke (2000, p.56) aborda o Ecoturismo de forma mais objetiva e técnica, enfatizando seu desenvolvimento, sendo um segmento de pequena escala. No entanto, mais ativo que outros, possui uma infraestrutura diferenciada do turismo de massa, sendo menos sofisticada. É menos degradante da cultura e natureza local, e normalmente é empreendido por indivíduos mais esclarecidos e conscientes das questões relacionadas à sustentabilidade.

Porém, para se alcançar a apropriada prática desse segmento, é imprescindível a educação e a conscientização do turista, o qual deve apoiar os objetivos da atividade e buscar também a proteção e conservação do meio ambiente. Sendo assim, um turista diferente dos convencionais, pois não procura grandes estruturas, apenas um contato com a natureza e com a cultura e com a comunidade local, sabendo do valor agregado a eles e os respeitando.

Segundo Ferreira e Coutinho (1999, p.23), esse estilo de turista:

[...] Possui elevada consciência ambiental, busca experiências únicas que mantenham os recursos ambientais e socioculturais, procura integração com as comunidades e tem expectativa de que a atividade realizada venha contribuir para o desenvolvimento da região.

Entretanto, a realidade turística apresenta diversos estilos de turistas, os que preservam e conservam, os que destroem e os que não se importam. O autor Fennel (2002) os divide em: turistas dedicados, que visitam a natureza porque gostam de estar em contato com ela; os casuais, que aproveitam a natureza causalmente apenas porque ela faz parte de sua viagem; os em voga, que vão porque é moda visitar tal atrativo; e os em condições mais duras, que são os pesquisadores científicos.

Segundo Barreto e Tamanini (2002), o princípio do Ecoturismo é a junção dos princípios do Turismo e da Ecologia. O Turismo busca satisfazer seus clientes, tendo como arma o lazer. Já a Ecologia defende a preservação ambiental como sua base. Portanto, segundo os autores, os princípios do Ecoturismo são basicamente essa união.

O Instituto ECOBRASIL (2000), em uma de suas publicações, aborda alguns desses princípios:

- Oferecer ao turista contato com a natureza, pois estando em contato com ela obterá respeito e conhecimento maior sobre ela;
- Entender e conscientizar os turistas sobre sua importância ambiental e sociocultural;
- Ajudar na preservação das áreas exploradas;
- Beneficiar a comunidade local, na questão econômica, social e cultural, proporcionando melhoria em suas vidas;
- Usar da mão de obra local, ou seja, dar oportunidade para a população local trabalhar e se desenvolver;
- Ter infraestrutura adequada, que harmonize e não prejudique o meio ambiente e ao mesmo tempo atenda as necessidades do turista;
- Valorizar a cultura local.

Wallace e Pierce (1996, *apud* FENNELL, 2002) também apontam alguns princípios que complementam os já mencionados pelo Instituto ECOBRASIL:

- Vincular-se a uma forma de uso que diminua os impactos negativos sobre o meio ambiente e comunidade local;
- Envolver os turistas com os problemas ambientais, assim aumentando sua consciência e a compreensão sobre o meio e a cultura local;
- Contribuir para conservação e gestão de unidades de conservação e outras áreas naturais;
- Aumentar a participação da comunidade nas decisões que determinam como tudo funcionará;

- Passar à comunidade todos os benefícios vindos do turismo, para que assim ela complemente sua renda;
- Oferecer oportunidades especiais aos moradores de utilizar e aprender mais sobre a natureza a que muitos vêm visitar.

A compreensão desses princípios é fundamental para a atividade sustentar suas características e finalidades. São princípios que estão interligados, possuindo a mesma intenção. Em sua totalidade, abordam os indivíduos que estão em contato com o meio, desde a comunidade local até o turista.

Percebe-se que vários princípios estão ligados à comunidade local, tentando inseri-la na atividade e disponibilizando parte dos benefícios, buscando, assim, estimulá-la a conservar o meio ambiente. Alguns dos princípios citados podem ser encontrados em prática na Ilha do Mel. Por exemplo, a comunidade tem a possibilidade de participação na elaboração do plano de manejo do local, os lucros têm por finalidade retornar como melhorias para a comunidade local e o turista possui amplo contato com a natureza.

Entretanto, o Ecoturismo, além de princípios, pode apresentar três aspectos diferentes, como afirma Mangel (1993 *apud* FARIA, 2001, p. 15):

[...] **Uso Sustentável:** usufruir dos recursos naturais, dando a eles o tempo necessário para sua recuperação, assim seu uso será prolongado; **Crescimento Sustentável:** crescer sem agredir o meio ambiente, respeitando as limitações dos recursos, pois o crescimento da população gera aumento no consumo de recursos; **Desenvolvimento Sustentável:** controlar o crescimento da população, como já citado acima. Esse crescimento gera aumento no consumo de recursos, e se ocorrer de forma descontrolada irá causar impactos negativos sobre o ambiente. É preciso ter em mente que o desenvolvimento sustentável trará vida mais longa a esses recursos.

Para o turismo é importante seguir os três aspectos já que na atividade turística o uso de áreas naturais é frequente. O crescimento da população acontece em todos os lugares, independentemente do turismo. Sendo assim, o desenvolvimento é imprescindível para o futuro. Nas localidades consideradas turísticas, pode ocorrer a aceleração desse processo, no entanto, ocorrendo de forma sustentável, originará oportunidades para a comunidade local e prolongará a vida útil dos recursos.

4.15 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O desenvolvimento da atividade turística em determinadas localidades vem apresentando sérios impactos socioeconômicos negativos, deixando parte da comunidade local excluída desse desenvolvimento e sem participação dos recursos e benefícios gerados pela exploração da atividade turística. Além disso, tem excluído a participação em tomadas de decisões e planejamentos. Tais fatores têm levado a se pensar em alternativas para a realização de uma atividade menos impactantes, como o turismo de base comunitária.

Segundo Bartholo (2009, p.86), “turismo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, buscando respeitar as tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las.” Já Tuccum (2008, p.147) diz que turismo de base comunitária:

[...] É aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária.

Sendo assim, o turismo de base comunitária apresenta-se como uma alternativa para realizar um turismo que beneficie a todos os sujeitos envolvidos, sem findar os recursos existentes, onde a comunidade local consiga desfrutar dos benefícios da atividade turística, apresentando, também, comprometimento. Como afirma Carvalho (2007), o turismo de base comunitária destaca-se pela mobilização da comunidade local na luta por seus direitos contra grandes empreendedores da indústria do turismo de massa que pretendem ocupar seu território ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 LEI ESTADUAL 16037/2009 COMO POSSÍVEL FATOR LIMITANTE DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA ILHA DO MEL

No ano de 2009, por meio da Lei Estadual 16037/2009, foi estabelecido o Plano de Uso da Ilha do Mel, o qual orienta a administração do local, estabelecendo diretrizes que visam à proteção ambiental; o impedimento da ocupação antrópica; promover atividades econômicas sustentáveis na baixa temporada; garantir a infraestrutura básica de saneamento, tratamento de resíduos, efluentes e drenagem; manter a população local e os visitantes dentro da capacidade de carga do local; garantir o acesso e participação da população à formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover programas de educação ambiental para a população local e para os visitantes (PARANÁ, 2009).

Na análise da Lei, levantaram limitações quanto ao uso, ocupação e concessão do território, buscando assim coibir a ocupação antrópica e manter apenas a ocupação da comunidade nativa. Identificou-se também limitações referentes a construções e reformas, as quais buscam preservar o meio ambiente. Tais diretrizes, impactam a realidade cotidiana da população residente da Ilha do Mel. Em vista disso, foi realizada uma entrevista, na qual a pergunta 01 era direcionada aos impactos que a Lei 16037/2009 causam sobre o cotidiano da população residente no local (Apêndice 01).

Em vista das limitações legais, o IAP, atual administrador da Ilha do Mel, foi apontado como principal limitação. Segundo a população residente, os funcionários do IAP demonstram preferência entre os moradores (pessoas de outras localidades que atualmente moram na Ilha). No entanto, essa preferência direciona-se aos empreendedores e nativos (pessoas que nasceram na Ilha). Sendo classificados como "moradores", pessoas vindas de outros lugares, que trabalham ou possuem empreendimentos na Ilha, geralmente, empreendimentos de grande porte. E os "nativos", pessoas que nasceram na Ilha, que também trabalham e possuem empreendimentos, mas geralmente, de pequeno porte.

Relatou-se o entendimento de que as diretrizes existentes na Lei 16037/2009 buscam a preservação da Ilha. Porém, a burocracia é uma possível limitação, devido à demora de trâmites. Os residentes apontam que algumas solicitações, como por exemplo, a liberação para reformas, demoram meses. Entretanto, o IAP afirma que isso ocorre devido à existência de multas no CPF do proprietário. Multas, aplicadas pelo próprio IAP, devido a infrações cometidas pelo residente.

Em relato, o IAP (2015), afirma que alguns moradores desrespeitam as diretrizes, como por exemplo, fazem construções ou reformas sem a autorização prevista em Lei. Situação que ocasiona multa, a qual muitos residentes não pagam. Condição que resulta em dívidas, o que os impedem de receber novas autorizações.

O IAP (2015), também relata que a liberação para as solicitações dos residentes possui um processo lento e burocrático, devido à própria estrutura do IAP apresentar limitações para o desempenho de suas atividades.

A divergência entre os residentes e o IAP aparece, também, na relação de abandono, conforme relatado por moradores das comunidades mais distantes da sede do IAP, as comunidades da Fortaleza e Ponta Oeste. Nessas comunidades a relação com o IAP é bastante difícil, devido à suscetibilidade de suas condições.

No caso da comunidade da Fortaleza, existe a questão do avanço do mar, a qual os moradores manifestam insatisfação com o trabalho do IAP, alegando abandono e desinteresse sobre a situação. Os residentes afirmam que as medidas tomadas para impedir o avanço do mar para dentro de suas propriedades são realizadas por eles mesmo, pois apontam que o IAP demora, demasiadamente, para tomar as atitudes necessárias.

Na Ponta Oeste a situação é bastante complicada, devido ao interesse, por parte do IAP e do Governo do Paraná, de desapropriação dos residentes. Tal questão originou-se pela formulação e reformulação da Lei 16037/2009, a qual, em seu artigo 7, inciso IV, alíneas "a", "b", e "e", apresentam diretrizes que incide diretamente sobre a população da Ponta Oeste (PARANÁ, 2009).

Na reformulação da lei houve a diminuição da área destinada à comunidade, a qual foi alterada de 31,7763 hectares para 1,6 hectares. As alíneas correspondem, respectivamente, em: barrar o avanço da ocupação

antrópica, proibindo quaisquer construções adicionais na região; proibir qualquer tipo de ocupação e edificação que não tenha relação com os usos, costumes e tradições da população local; e não reconhecimento de direito individual de uso, (PARANÁ, 2009).

Contrária às novas determinações legais, a população manifestou-se por meio das associações existentes na Ilha, afirmando que " [...] além da flagrante inconstitucionalidade de vários dispositivos, repercute em situações de injustiça social e ofensa aos direitos sociais e fundamentais elementares dos moradores da Ilha" (PARANÁ, 2012). De acordo com o Parecer Técnico da Ponta do Oeste, realizado pela Secretaria de Estado da Cultura em 2012, a principal discussão permeia a não reformulação da lei, mesmo diante da solicitação da comunidade.

O Parecer Técnico apresenta a declaração do Senhor Ivo Pereira, morador da Ponta Oeste (*in memorian*, falecido em março de 2012), que diz "[...] não entender a indiferença e a falta de valorização para com a sua comunidade, que é mais antiga da Ilha do Mel" (PEREIRA, 2012 *apud* PARANÁ, 2012, p.03) .

De acordo com os moradores da Ilha do Mel, a criação da Estação Ecológica não foi informada para a população, impedindo sua participação na elaboração. Os impactos legais causados para a comunidade local foram imensos, especialmente, para a comunidade da Ponta Oeste. Segundo relatos divulgados no Parecer Técnico, houve a delimitação da área de uso da comunidade, "além de se iniciar uma série de ações coercitivas como a proibição do cultivo de roças e de reformas e construções de moradias, ou mesmo a simples instalação de sanitário" (PARECER TÉCNICO, 2012, p.16).

Os Impactos e limitações legais interpostas ao desenvolvimento da Ponta Oeste estão mais evidente que em outras comunidades. Os moradores foram induzidos a mudar de localidade. De acordo com a população residente da Ponta Oeste, muitos moradores optaram por outra comunidade da Ilha, outros foram para Paranaguá (Ilha do Valadares e Ponta do Caju). Atualmente, a comunidade conta com 25 moradores, sendo que em 1980 era considerada a maior comunidade da Ilha do Mel, com 211 habitantes.

Entretanto, a divergência entre a comunidade da Ponta Oeste e as limitações legais interpostas pela Lei 16037/2009 continuam em discussão. A

população apresenta resistência na luta por seus direitos. As demais comunidades apresentam solidariedade à população da Ponta Oeste, afirmando "concordar com seus pedidos, pois, estão dentro de seus direitos".

As diferenças existentes entre a população da Ilha do Mel e o IAP, assumiram proporções notáveis. Levantou-se nas entrevistas a existência da pretensão do IAP passar parte da administração da Ilha do Mel para o município de Paranaguá, o qual ficaria responsável pela administração do Parque Estadual e o IAP responsável pela Estação Ecológica.

Em um contexto geral, a população da Ilha do Mel aponta o IAP como principal limitação legal. Entretanto, em uma análise de discurso, percebe-se que a população refere-se as normativas da Lei Estadual 16037/2009, a qual é de responsabilidade do IAP manter o cumprimento. As falhas do sistema burocrático, também, são relatadas como limitações.

Entretanto, nos discursos analisados, existe uma mudança de pensamento entre os moradores, que estão de alguma forma envolvidos com a administração da Ilha, e os que não estão. Os que estão afirmam que "o IAP está cumprindo sua obrigação, e muitas vezes, os desentendimentos com alguns moradores, é devido a negligência deles para com a legislação da Ilha".

Afirmam também que "[...] sem a presença do IAP e da legislação, a Ilha deixaria de existir, no sentido de atrativo turístico, devido a imprudência de alguns moradores e nativos". No entanto, mantêm-se o problema da burocracia, da demora nas liberações.

Associa-se, essa diferenciação de pensamento à percepção da realidade de cada indivíduo, que é moldada através do cotidiano, que segundo Berger e Luckmann (2010, p. 35), "[...] apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente".

Isto é, cada indivíduo compreenderá os acontecimentos, baseados em seu cotidiano. A percepção da realidade possui várias esferas, que dependem do sujeito que a observa. Um mesmo acontecimento, exposto para dois indivíduos diferentes, terão duas percepções distintas. Acredita-se, que esse fator é determinante na diferenciação de pensamento entre esses moradores.

Diante dos discursos da população, concluiu-se que a legislação limita os interesses da comunidade local, barrando em alguns momentos o

desenvolvimento econômico e permitindo a perda da memória cultural da comunidade da Ponta Oeste. Entende-se que as diretrizes buscam a preservação ambiental do local, no entanto, reformulações em seus artigos e até mesmo no sistema burocrático do órgão administrativo, são necessárias para harmonizar a aplicação da Lei com o cotidiano da comunidade local.

5.2 IMPACTOS CULTURAIS: NA PERCEPÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO E RESISTÊNCIA.

A Ilha do Mel é formada por comunidades caiçaras, que segundo Adams (2000), "vivem, geralmente, da pesca artesanal e agricultura de autoconsumo". Uma cultura, que aos poucos foi modificando-se, seja, por seu ciclo natural de transformação, por processos culturais modificadores, pela intensa atividade turística e até mesmo por imposições legais, utilizadas para a administração da Ilha.

Nesse contexto, buscou-se junto à comunidade levantar as transformações culturais ocorridas a partir do advento do turismo. Sendo assim, foi utilizado como instrumento de pesquisa a entrevista, direcionando a pergunta 2 para tal propósito, a qual corresponde a " O que mudou em sua vida com a chegada do turismo?E o que permanece igual ?" (Apêndice 01).

Inicialmente, percebeu-se que as comunidades da Ilha são formadas por dois grupos, denominados como os nativos: indivíduos que nasceram na Ilha e mantêm-se vivendo com sua família no local. E os moradores: indivíduos originário de outras cidades, atraídos pelo trabalho gerado pela atividade turística e pela identidade territorial encontrada na Ilha.

Percebe-se que a relação entre tais grupos, em determinados momentos, é hostil, pois os moradores julgam os nativos como "povo acomodado, sossegado que possuem pouca pretensão na vida". Os nativos afirmam que eles trazem problemas para Ilha. No entanto, reconhecem a necessidade de mão de obra de fora, visto que sua população não atende a demanda.

Encontrou-se, em leituras das Atas de reuniões entre a Associação dos Nativos (ANIMPO) com o conselho gestor, propostas de congelamento dos

comércios existentes, podendo haver novas aberturas, somente para quem efetivamente morar na Ilha do Mel. Essa proposta surgiu com o objetivo de garantir que a população residente possa manter-se com o próprio trabalho na Ilha do Mel e para impedir o avanço da ocupação antrópica.

No que se refere aos nativos, acredita-se que tal hostilidade é provinda do sentimento de pertencimento ao território, proveniente da identidade cultural. De acordo com Santos (2003, p.174), “[...] o território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. A partir desse sentimento, em alguns momentos, os moradores podem ser vistos como intrusos que causam determinados problemas.

Constatou-se que o sentimento de pertencimento abrange a relação entre as comunidades, como por exemplo: os residentes da comunidade de Encantadas possuem uma identidade territorial com o local, desencadeando em alguns momentos rivalidades entre as demais comunidades, mas expressivamente com a comunidade de Nova Brasília. Entretanto, percebeu-se que essa rivalidade é acentuada pela concorrência no turismo.

Relatou-se que a atividade turística e as imposições legais da Lei Estadual 16037/2009 alteraram a fonte de renda da população, a qual inicialmente era composta pela pesca artesanal e pela agricultura de autoconsumo, e atualmente é composta essencialmente pelo turismo, como principal fonte de renda e a pesca como fonte de renda secundária, para alguns moradores.

Segundo a população nativa, essa troca foi realizada facilmente, devido às facilidades que o turismo oferecia, perante as dificuldades vivida na pesca e na agricultura. Atualmente, entre as comunidades de Nova Brasília, Farol, Encantadas e Fortaleza, levantou-se a existência de seis pescadores, sendo que todos utilizam a pesca como fonte de renda secundária.

Em relação à agricultura, cultivava-se abacaxi, laranja, banana, milho, mel e mandioca. Já em relação a pesca da Tainha, atualmente praticada em pequena escala, é realizada de forma artesanal para se alcançar resultados satisfatórios, pois, segundo antigos pescadores da Ilha, o barco não deve possuir motor e nem luz, para não espantar o peixe. Atualmente, o período de pesca é no mês de junho e julho, entretanto, a preparação para a pesca

começa, aproximadamente, pelo dia 15 de maio, período em que os pescadores iniciam a organização do acampamento e das redes de pesca.

Os acampamentos são organizados nas praias, onde será realizada a pesca. Durante aproximadamente 45 dias, as famílias dos pescadores permanecem acampadas com o propósito de facilitar o arrastão quando o cardume se aproximar.

Inicia-se a pesca da Tainha com a organização das redes, seguido do posicionamento dos envolvidos, sendo que as mulheres e crianças permanecem no acampamento, com a finalidade de preparar as refeições e ajudar no arrastão quando necessário. Alguns pescadores permanecem na praia e apenas um pescador, chamado de "espia" ou "olheiro", dirige-se ao ponto mais alto (farol ou morro) para avistar a chegada do cardume.

A chegada da tainha é percebida pela coloração da água, pois, quando o cardume está se aproximando, percebe-se uma mancha escura na água. Então, avisa-se os pescadores que permanecem na praia. Antigamente, utilizava-se uma camiseta branca para sinalizar, quando fazia-se dois sinais era para colocar o barco na água, e quando fazia-se o terceiro sinal era para seguir em frente, fazendo um círculo para encurralar o peixe. Atualmente, a "camiseta branca" foi substituída por um rádio comunicador.

A pesca é considerada símbolo cultural da população da Ilha do Mel. Além dos elementos culturais da técnica e artefatos, a pesca envolve também o elemento cultural da crença, simbolizado por meio de superstições como: "proibição da presença de mulheres grávidas ou no período menstrual, para evitar a evasão dos peixes; mulheres não podem olhar o cardume, pois, seu olhar é de cobiça; e não pode-se apontar para o cardume ou fazer barulho para não afugentar os peixes".

Após a pescaria é realizada a Festa da Tainha, um importante elemento cultural imaterial, que de acordo com a Unesco (2015), juntamente com os elementos materiais, formam a cultura. Deste modo, a Festa envolve toda a população, tendo as tarefas programadas e divididas. É organizada pela Associação dos Nativos da Ilha do Mel. Sendo realizada na terceira semana do mês de julho. É o resultado de toda a pesca realizada no inverno.

Durante a noite pratos típicos composto por Tainha são servidos, além de outros pratos. A movimentação na Ilha do Mel é alta nesse período, pois, a

demanda turística aumenta significativamente. Estima-se, que cerca de 1500 turistas por dia frequentam o evento. A festa apresenta outros elementos culturais como o forró, apresentações de fandango, que é a dança típica do litoral do Paraná, eleição da *Miss Ilha do Mel* e do melhor pescador. O lucro da festa é dividido entre todos os envolvidos na organização do evento e na pesca.

A cerca da crença, como elemento cultural, também abrange-se a religião, pois, de acordo com a população residente, no ano de 2003 na Festa de São Pedro, que antecede a Festa da Tainha, a Ilha receberia a estátua de Nossa Senhora do Rocio, a qual viria de Paranaguá. Afirmam, que junto com a imagem da Santa chegou um enorme cardume de Tainhas. Estima-se 35 mil peixes, sendo que foram pescados 8,134 peixes.

A população, diante de um período ruim na pesca, julgou tal acontecimento como "um milagre", aumentando a devoção pela Santa. Logicamente, outras explicações surgiram como a possibilidade de uma corrente marítima ter direcionado o cardume para a praia. No entanto, a população prefere manter o acontecimento na condição de "milagre".

Atualmente, existem outras religiões além da católica na Ilha. Com a chegada de novos moradores, novas crenças foram introduzidas nos elementos culturais componentes da cultura da Ilha do Mel. No entanto, entre os nativos a religião predominante é a católica.

A Padroeira da Ilha do Mel é a Nossa Senhora dos Navegantes, tendo uma igreja na comunidade de Nova Brasília à homenageando. Tradicionalmente, na primeira semana do mês de fevereiro, é realizado o maior evento religioso da Ilha do Mel, que é a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, composta por missas e novenas, procissões marítimas entre Pontal do Sul e a Ilha do Mel, churrasco e bingos. São Pedro é o protetor das embarcações, também uma figura bastante homenageada pela população, que no mês de julho realiza uma semana de festa homenageando-o.

Com referência aos elementos culturais, entretanto abordando as normas, que além da legislação e códigos, também, abrangem os costumes. Menciona-se as atividades de recreação praticadas pelos moradores da Ilha do Mel, que normalmente estão relacionadas com a natureza, como por exemplo, futebol de campo ou de areia, *frescobol*, *stand up* e o *surf*, o qual destacou-se

entre os moradores à partir da procura de turistas pelo esporte. Atualmente, o *surf* é o esporte mais praticado dentre os jovens moradores da Ilha, sendo praticado em três principais locais: Praia de Fora, Praia Grande e Paralelas.

Dentre os elementos culturais, aborda-se a gastronomia local. Antigamente, os moradores da Ilha alimentavam-se basicamente de farinha de mandioca, frutas e pescados. Como o sistema econômico era baseado na troca, os moradores, em algumas ocasiões, trocavam peixe por outros alimentos.

Relata-se que o Biju, composto pelas sobras da farinha de mandioca, a qual dava origem a uma pasta que, posteriormente, era assada e servida juntamente com café, integrava o cardápio como um dos principais pratos da época. Banana amassada com farinha de mandioca, siri metido a besta (siri com arroz), Arroz Lambe Lambe (a base de mariscos), peixe defumado e carne seca também faziam parte do cardápio. De acordo com relatos dos moradores, traziam-se sacos de pães, " [...] era a felicidade da população, pois durava dias". Os alimentos que constituíam a alimentação da população, basicamente, eram mantimentos resistentes à falta de refrigeração, já que na época não havia eletricidade na Ilha, impedindo o funcionamento de geladeiras, e até mesmo inviabilizando possuí-las.

Atualmente, as refeições assemelham-se com a alimentação das cidades litorâneas. No entanto, dentro das limitações apresentadas pelo ambiente. Normalmente, a população residente alimenta-se de feijão, arroz, peixe, frutos do mar, carnes, massas, saladas e frutas. Entretanto, as saladas e frutas são limitadas, devido a inviabilidade de transporte do continente para a Ilha. Costuma-se trazer as mais resistentes como: cenoura, repolho, beterraba, tomate, banana, mamão, melão e etc. O prato típico atual é a Tainha assada.

Ao que diz respeito a bebida típica, é a Cataia, popularmente conhecida como *Whisky* Caiçara, consiste em folhas da árvore Cataia (*Pimenta Pseudocaryophyllus* Var. *Hoehnei*), curtida na cachaça. De acordo Bazzo (2010), inicialmente, no Estado do Paraná, a bebida foi produzida na comunidade de Barra do Ararapira, que com o passar do tempo foi alastrando-se para outras comunidades do litoral paranaense. Segundo Morgante et al. (2010) a bebida é considerada um produto de grande importância cultural e econômica para as comunidades da região.

Antigamente, tomava-se e produzia-se mais Cataia. Entretanto, com diversas influências culturais advindas dos visitantes e novos moradores, foi inserindo-se novas bebidas na realidade cotidiana da população como cerveja comercial e artesanal, *wisky*, *vodka* e outros *drinks*.

Outro importante elemento cultural é o forró, dança típica da região. Costuma-se dançar e tocar fandango nas festas realizadas pela comunidade. Os próprios moradores formavam a banda, os quais tocam sanfona, pandeiro e zabumba. Conhecido popularmente como forró arrasta pé, devido à forma como se dança: sozinho o dançarino, posiciona em frente aos outros dançarinos e realizam passos batendo o pé no chão.

Presentemente, o forró é pouco praticado, sua apresentação foi lentamente relegada à festas típicas com bandas contratadas. Novos ritmos foram incorporados à cultura da população local como reggae, sertanejo universitário, funk, pop rock e jazz. Entretanto, não adota-se a interculturalidade nesse caso, pois não há troca de culturas, apenas uma repetição da cultura de massa global.

Entende-se que as mudanças ocorridas nos hábitos gastronômicos, alimentação e bebida ocorreu a transformação cultural, que se deu através da energia elétrica, pois a partir disso a população passou a consumir outros alimentos e bebidas. Logicamente, a chegada de novos moradores na Ilha, também influenciou essa transformação, pois novos costumes passaram a serem adotados pela população nativa. A cultura gastronômica do local não foi perdida, apenas novos costumes foram inseridos .

Quanto à pesca, apenas a comunidade da Ponta Oeste a pratica como fonte de renda primária, devido à pequena escala de atividades ao turismo de baixa escala, apenas a criação de ostras é considerada renda proveniente do turismo, devido à sua venda para os visitantes. Por causa as limitações legais interpostas, a comunidade da Ponta Oeste não apresenta nenhuma infraestrutura turística e nem infraestrutura básica (água e luz), fatos que mantiveram a comunidade enraizada em suas tradições.

Em relação às demais comunidades, as atividades turísticas iniciaram-se aproximadamente, por volta de 1960. Foi nessa época que a Ilha começou a ser buscada por sua beleza natural. Os admiradores do local eram

basicamente jovens que acampavam nas praias ou no quintal das casas dos moradores.

Aproximadamente por volta de 1988 a 1989, com a chegada da energia elétrica, a atividade turística se expandiu. Iniciou-se a transformação das casas de veraneio em meios de hospedagem, como as pousadas. Por conseguinte, *campings*, quartos em residências fixas e casas passaram a ser alugados.

Alugava-se camas, por valores entre 10 a 15 cruzeiros (Cr\$)¹ por cama, com café da manhã composto por pão caseiro, café, leite e margarina. O almoço era vendido a partir da refeição dos moradores, vendia-se um prato de comida por Cr\$ 5,00. Sendo composto basicamente por arroz, feijão, peixe e salada. Essa organização do turismo foi até meados de 1986. Década em que o turismo aumentou, ocorrendo também uma expansão da infraestrutura turística.

Com o aumento da atividade turística a realidade cotidiana da população passou a sofrer alterações. O turismo passou a ser a principal fonte de renda, oferecendo à população diferentes formas de trabalhos como, o carreto (moradores que puxam um carinho de madeira com bagagens dos turistas); trabalhos em pousadas e restaurantes, geralmente, como camareiras, garçons e recepcionistas; trabalho com barcos, os quais realizam a travessia dos turistas; em posto de informações turísticas, como atendente; há também nativos que são proprietários de campings, pousadas, restaurantes, barcos e voadeiras.

Além da alteração na oferta de emprego, o turismo promoveu a venda de terrenos dos nativos para outras pessoas, que chegam na Ilha interessadas na atividade turística. Indivíduos que após adquirir os terrenos abrem empreendimentos turísticos. Entretanto, essa prática de venda vem sendo coibida pelo IAP.

Foi relatado, também, problemas de ordem pessoal ligados ao turismo, como sentimentos de inferioridade entre nativos e turistas, discussões familiares sobre empreendimentos turísticos, venda de terrenos e negligência profissional. Outra situação típica, intensificada pela atividade turística, é o consumo de bebidas alcoólicas e drogas que, especialmente na temporada e feriados, assume maiores proporções.

Entende-se que através do turismo novos indivíduos se deslocam para Ilha, seja para visitar ou fixar residência, causando um encontro cultural, o que resulta em alterações de ambas as culturas. Entretanto, especificamente na cultura caiçara, novos costumes são inseridos, de modo que, em alguns casos antigos costumes são substituídos ou esquecidos, resultando em uma transformação cultural.

Tal transformação cultural não ocorreu por meio de imposição violenta, mas sim através de trocas culturais, as quais ocorrem cotidianamente mediante aos processos culturais de alteridade e interculturalidade. Outro fator que influenciou essa transformação, foi a disponibilização de energia elétrica por meio da rede pública da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), que proporcionou aos nativos uma nova realidade cotidiana.

O processo cultural de alteridade segundo Fleuri (2003, p. 497) "trata-se do desafio de se respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos".

O processo de interculturalidade de acordo com Freitas (2012, p.83), afirma que é "tentar equacionar e decifrar a difícil gramática da convivência entre os diferentes, respeitando as particularidades sem perder a perspectiva da igualdade no sentido da salvaguarda da dignidade humana".

Sendo assim, entende-se que o contato direto e intenso com novas culturas que o turismo ocasiona aos nativos, não denomina-se aculturação, devido à resistência e permanência de alguns aspectos culturais, pela troca cultural existente e pela convivência harmônica entre diferentes.

Percebe-se, no discurso dos moradores, que a memória está aos poucos sendo perdida. O relato do passado é realizado por poucos moradores. Uma nova geração está presente na Ilha do Mel, criando uma nova realidade cotidiana, na qual a essência é o trabalho com o turismo, desprezando a manifestação e a prática de antigos costumes, como a pesca.

Nesse sentido, aponta-se o turismo, as leis administrativas da Ilha do Mel e alguns agentes externos, como fatores determinantes nessa transformação cultural. Primeiramente, com a criação da Lei Estadual 16.037/2009, a pesca foi restringida. Juntam-se a isso a ocorrência de com agentes externos, como a movimentação de grandes embarcações no porto de

Paranaguá e a tecnologia investida nas embarcações para pesca tornaram inviável a atividade pesqueira na Ilha do Mel. Nesse contexto, com a expansão do turismo proporcionou a possibilidade de produção de renda com a oferta de oportunidade de trabalho e teve a adesão da comunidade.

5.3 RELAÇÃO EXISTENTE DA COMUNIDADE E A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Uma vasta parcela do território da Ilha do Mel possui duas UCs que fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Estação Ecológica e o Parque Estadual. Em 21 de setembro de 1982, por meio do Decreto n.º 5.454/82, o Governo do Estado do Paraná instituiu a Estação Ecológica da Ilha do Mel, uma categoria de Unidade de Proteção Integral, a qual engloba manguezais, restingas, brejos litorâneos e caxetais, e a Reserva Natural, que posteriormente, em 2002 foi transformado no atual Parque Estadual.

A criação da Estação Ecológica ocorreu rapidamente sem a realização de todos os estudos necessários para tal ação, sem considerar os impactos no cotidiano das comunidades locais. Harder (2014), afirma que a Estação Ecológica da Ilha do Mel foi criada sem a realização de estudos consistentes sobre sua pertinência e viabilidade. Sobretudo, não existiu qualquer modo de consulta prévia às pessoas residentes na Ilha.

Em vista disso, buscou-se junto as comunidades levantar a relação existente com a Unidade de Conservação, por meio da entrevista com residentes, moradores e empreendedores, três perguntas foram direcionadas a esse tema: " o que você pensa sobre a Unidade de Conservação e qual sua relação com ela?" (APÊNDICE 01).

Relatou-se, inicialmente, que a criação da Estação Ecológica foi uma surpresa para a comunidade local. Houve uma audiência pública, entretanto, a população local não foi informada e não participou. Posteriormente, sentiram o impacto legal das diretrizes que determinaram a administração da Estação Ecológica . Muitos anos depois, o procedimento se repetiu com a criação do Parque Estadual.

As comunidades locais, tanto moradores como nativos, apontam possuir uma boa relação com as Unidades de Conservação, reconhecendo a importância ambiental de ambas. Porém, consideram abandonadas, devido a má administração. Afirmam, também, não possuir informações sobre a Estação Ecológica, o que dificulta o cumprimento de algumas diretrizes.

Frases como "é igual ter filho e não cuidar", "Unidade de Conservação está abandonada", "não há gerenciamento e nem frutos" são afirmações constantes da população local, que espera atitudes governamentais para a Estação Ecológica, no sentido de mais cuidado e informações sobre o local, tanto para a população local como também para os turistas.

Percebe-se no discurso das comunidades locais, um certo receio sobre as atitudes governamentais, que não toma decisões em prol da preservação, como sinalização do início e término da Estação Ecológica e do Parque Estadual. Visto que, de acordo com o autor Costa (2002), as Estações Ecológicas são criadas para preservar a natureza e servir como objeto de pesquisas científicas, sendo uma categoria não apropriada para visitação turística, já que tal atividade pode comprometer as pesquisas científicas. No entanto, há exceções nas visitas, se houver finalidades educacionais.

Outra questão relatada, foi a falta de informações, para a população local e turistas, sobre o que é uma Estação Ecológica e como proceder. Afirma-se que muitos indivíduos não detem tal informação e acabam violando algumas diretrizes ambientais estabelecidas.

O fato da Ilha do Mel possuir Unidades de Conservação da Natureza é o que gera a demanda turística, de acordo com a população. É nesse viés que se valoriza e se respeita as limitações ambientais estabelecidas, pois as Unidades de Conservação, em geral, são consideradas como "o encanto da Ilha do Mel", atrativos turísticos que possibilitam a renda da população.

Entretanto, essa realidade não é partilhada em todas as comunidades, apenas em Nova Brasília, Farol, Encantadas e Fortaleza. Na Ponta Oeste, a relação com a Estação Ecológica, em termos da compreensão de sua importância ambiental, é apropriada à suscetibilidade do local. Entretanto, existe uma divergência de interesses sobre as diretrizes ambientais impostas e o interesse da comunidade local.

O conflito é devido ao direito de uso de terra da população, visto que a extensão pretendida para a Estação Ecológica, abrangeria o local habitado pelos moradores, os quais deveriam ser realocados. Nesse contexto, deparou-se com a resistência da população em deixar o local, devido aos seus direitos e pelo sentimento de identidade e pertencimento local.

Houve um longo e doloroso processo para decidir o destino dos moradores, que conseguiram, parcialmente, o cumprimento de seus direitos. Outra circunstância, que altera a relação com a Estação Ecológica, é o fato da Ponta Oeste não possuir o turismo como atividade econômica e por consequência, não desenvolveu o interesse da população local na Estação Ecológica como atrativo turístico.

A relação existente entre a comunidade da Ponta Oeste com a Unidade de Conservação da Natureza é estritamente de respeito ambiental, devido a uma percepção ecológica dos indivíduos. Portanto, pode-se afirmar que os sujeitos, moradores da Ilha do Mel especificamente das comunidades de Nova Brasília, Farol, Encantadas e Fortaleza, diferentemente dos moradores da Ponta Oeste, possuem uma relação de respeito ambiental e interesse econômico com a Unidade de Conservação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade turística promove interações culturais e formação de novas práticas cotidianas, originando novos sentidos para os locais turísticos. Desse modo, eclodem discussões sobre transformações culturais. Nesse sentido, abordou-se a questão cultural na Ilha do Mel, por tratar-se de um dos mais importantes atrativos turísticos do Estado do Paraná.

A população considerada nativa da Ilha do Mel forma comunidades consideradas tradicionais, de acordo com a legislação vigente no Brasil. Reconhecida como população caiçara, está inserida em um contexto de conflitos socioambientais, onde as atividades turísticas predominam no entorno das Unidades de Conservação. O termo população caiçara, inicialmente, foi designado aos que habitavam as praias, em economia baseada na pesca, no extrativismo florestal e na agricultura familiar, em que prevaleciam os roçados de mandioca, milho e arroz.

Essas comunidades tradicionais costumavam habitar toda a área da Ilha do Mel, entretanto, com a cessão de uso do território da União para o Governo Estadual do Paraná, foi criada a Estação Ecológica que limitou o território ocupado pela população, direcionando-a para a parte sul da Ilha, onde se localiza o Parque Estadual da Ilha do Mel.

Adjacente à criação das Unidades de Conservação, sucedeu a expansão da atividade turística, a qual também acarretou alterações no cotidiano da população. Tais modificações ocorreram em âmbitos de diversos elementos culturais, como também paisagísticos, visto que junto com o aumento da demanda turística ocorreu a ampliação de sua infraestrutura.

Nesse contexto, foram desencadeados significativos conflitos socioambientais alterando, em alguns aspectos, a realidade cotidiana dos indivíduos habitantes da Ilha. Desse modo, tem-se como pertinente a proposta de pesquisa desse trabalho, pois permitiu entender o posicionamento da comunidade local frente aos conflitos socioambientais.

As principais limitações legais às atividades econômicas e culturais na Ilha do Mel são interpostas pelo Plano de Uso da Ilha, estabelecido pela Lei Estadual 16037/2009, que consiste numa espécie de Plano Diretor territorial. Nele se estabelecem as diretrizes que visam a proteção ambiental, as

limitações para a ocupação antrópica, o direcionamento da sustentabilidade econômica, a orientação para a infraestrutura de saneamento básico, o controle da capacidade de carga do local, o exercício de cidadania da população residente e a promoção da educação ambiental para a população local e para os visitantes (PARANÁ, 2009).

Apurou-se que, na interpretação de algumas comunidades, o Plano de Uso, inconstitucionalmente, fere direitos básicos de acesso aos meios tradicionais de subsistência. O problema é especialmente ameaçador para a comunidade da Ponta Oeste, cujo território foi reduzido à 1,6 hectares. Embora pressões sociais e processos legais tenham garantido uma revisão parcial da legislação quanto à extensão do território a ser ocupado, a situação explicita uma das faces dos conflitos socioambientais e das relações de poder desigual existentes na Ilha do Mel. As falhas do sistema burocrático também são relatadas como limitações, pois as comunidades reclamam da demora para as liberações.

Entende-se que a criação da Estação Ecológica foi realizada às pressas, sem os devidos estudos sobre tal implantação. Por conseguinte, as diretrizes que permeiam a administração local em alguns aspectos não possuem harmonia com a população, a qual além de ser consultada, deveria ter sido orientada.

Tal situação gera um ambiente hostil entre a população residente e o órgão administrativo. Ambos se culpam por falhas existentes desde a implantação das Unidades de Conservação. A diferença entre os interesses sobre a Ilha é o principal gerador de conflito, pois de um lado está o governo, representado pelo IAP e do outro a população residente, a qual possui um sentimento de descaso, de desamparo pelo Governo.

O Estado possui grande importância sobre o desenvolvimento das comunidades. No entanto, desejavelmente, deve-se assumir inteiramente esse papel administrativo, proporcionando condições econômicas e sociais adequadas para a população.

A harmonização de interesses se faz pertinente para a satisfação da comunidade local. Investimentos por parte do Governo são necessários, desde melhorias na estrutura dos órgãos governamentais instalados na Ilha, como investimentos na infraestrutura básica disponibilizada para a população. A

partir desse ponto, consideram-se desejável promover a efetiva participação da comunidade local na reformulação das diretrizes administrativas, visando o equilíbrio entre o ambiente natural e a população residente. Estabelecer diretrizes utópicas, não fornece nenhum fator de administração eficaz, mas sim de conflitos socioambientais.

Os impactos culturais nas comunidades da Ilha do Mel, devido às atividades turísticas, verificam-se na observação de mudanças em alguns comportamentos das novas gerações em relação às atividades tradicionais. As mudanças mais significativas se manifestam na como a substituição da pesca pela prestação de serviços em atividades relacionadas ao turismo, nas alterações na gastronomia local, no estilo das residências, no vestuário, na paisagem local, na religião, na interação entre os moradores e nas atividades cotidianas. Ou seja, mudaram as demandas de consumo de bens em decorrência do espelhamento no comportamento dos visitantes sazonais.

O turismo e o Plano de Uso estabelecido pela Lei Estadual 16037/2009 desencadearam vários fatores agravantes na alteração da cultura local, somam-se a eles, no entanto, outros vetores apontados pela população nativa como determinantes de profundas mudanças no modo de vida local, sendo eles a disponibilização da rede de energia elétrica pela COPEL na localidade (em substituição a pequenos geradores locais) e a criação das Unidades de Conservação.

A implantação da energia elétrica da rede continental alavancou o crescimento do turismo, quando as então casas de veraneio passaram a ser transformadas em meios de hospedagem, assim multiplicando a oferta e a demanda turística.

Tal evolução ampliou e acelerou os processos de interação da população nativa com outras culturas. Novos costumes são incorporados à na cultura caiçara, sendo que, em alguns casos, antigos costumes são substituídos ou esquecidos, resultando em uma transformação cultural.

Quanto ao fato do turismo atrair novos moradores à Ilha do Mel e, concomitantemente, em determinados momentos provocar a hostilidade da população nativa, entende-se que isto advém do sentimento de pertencimento dos locais. Ou seja, a identidade territorial faz o indivíduo perceber-se como pertencente ao local e o local pertencente ao indivíduo, gerando um sentimento

de posse e necessidade de defesa de seu território. No entanto, o território não está restrito à terra, mas amplia-se para as tradições e costumes, que também despertam a necessidade de que sejam defendidos.

Quanto à relação entre a comunidade local e as Unidades de Conservação, verificou-se que a criação da Estação Ecológica e do Parque Estadual, causou conflitos socioambientais, devido à falta de aprofundamento nos estudos realizados para implantá-la. No entanto, há moradores nativos que apontam possuir uma boa relação com as Unidades de Conservação, reconhecendo a importância ambiental de ambas. Criticam, porém, o seu abandono administrativo. Reclamam, também, da falta de informações sobre as Unidades de Conservação, o que dificulta o cumprimento de algumas diretrizes legais e, eventualmente, causa conflitos com o órgão administrador local, o IAP.

Todavia, na relação das comunidades com as Unidades de Conservação, há uma visível diferença. Enquanto a comunidade da Ponta Oeste mantém uma relação, estritamente, de respeito ambiental. Os moradores das comunidades de Nova Brasília, Farol, Encantadas e Fortaleza possuem uma relação de respeito ambiental e interesse do estímulo econômico que as Unidade de Conservação propiciam ao atrair turistas vinculados ao ecoturismo.

Portanto, conclui-se que os impactos das limitações legais e das interações interculturais no desenvolvimento comunitário da Ilha do Mel, PR decorrem, em parte, de fatores alheios às comunidades locais e que, posteriormente, suscitam transformações endógenas. Tais transformações causam conflitos socioambientais que, em determinados momentos, limitam as comunidades em manterem seu modo tradicional de vida e exigem que defendam seus territórios, os quais se vinculam à memória cultural das localidades.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v 43. n 1. p.145 - 182, jun 2000.
- ANGULO, Rodolfo José. **Geologia da planície costeira do estado do Paraná**. 1992. 239f. Tese (Doutorado em Geologia Sedimentar) ,Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.
- ARRUDA, Rinaldo, S. V. Os dilemas da relação intercultural: limites da autonomia indígena para o estabelecimento de um verdadeiro diálogo. In: DANTAS, Sylvia Duarte. **Diálogos Interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.
- BACELAR, Jonildo. **Guia Geográfico**. Ilha do Mel. Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.guiaageo-parana.com/ilha-mel.htm>>. Acesso: 25-09-2013.
- BARRETTO, Margarita; TAMANINI, Elizabete. **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EducS, 2002.
- BARTHOLO, Roberto. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, Vol. 5, N° 3, 2005.
- BAZZO, J. **Mato que vira mar, mar que vira mato: o território em movimento na vila de pescadores da Barra de Ararapira (Ilha do Superagui, Guaraqueçaba, Paraná)**. 2010. 291 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- BELLEN, Hans Michael Van. **Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23537.pdf>>. Acesso em: 31-09-2013.
- BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BERGER, Peter L.;LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da realidade**. Petrópolis: Vorazes, 2004.
- BLANCO, Juan. Horizontes de la Filosofía Intercultural. Aportes de Raúl-Fornet Betancourt al debate. A Parte Rei: **Revista de Filosofía**, 2009. Disponível em: <http://serbal.pntic.mec.es/~cmunoz11/blanco64.pdf>. Acesso em: 17-09-2014.
- BRANCO, Alice; CASEIRO, Fernando. **Cultura Caiçara: resgate de um povo**. Peruíbe - São Paulo: Etecê, 2005.

BRANDÃO, C. R. A. Antropologia Social. In: MARCELLINO, N. C. (Org). **Introdução às ciências sociais**. 12 ed. São Paulo: Papirus, 2003.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Livro do Tombo**. Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans/>. Acesso em: 17-09-2014.

BRASIL, Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 28/10/2015.

BRASIL. Decreto **Federal nº 84.973 de 29 de julho de 1980**. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84973-29-julho-1980-434478-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28/10/2015.

BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, method, applications: a report to the Balaton Group**. Winnipeg: IIS, 1999.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BURNS, Meter. 2002. **Turismo e antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chronos

CARVALHO, Vininha. F. (2007). **O Turismo Comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: [<http://www.revistaecotour.com.br/novo/home/default.asp?tipo=noticia&id=1759>]. Último acesso em 29-09-2013.

CARVALHO, M. C. V. O pescador no litoral do Estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9, 1940, Florianópolis. **Anais Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia**, 1940, vol. III. p. 680-88.

CASTELLS, Manuel. The Power of Identity. vol. **II The Information Age: Economy, Society and Culture**, Oxford: Blackwell, 1997.

COSTA NETO, P.L. da O. **Estatística**. São Paulo. Edgard Blücher, 1977.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.

COSTANZA, Robert. **Ecological economics: the science and management of sustainability**. New York, 1991. Disponível em: <<http://www.paecon.net/PAERReview/ecologicaleconomics/Costanza20.htm>>. Acesso em 31-08-2012.

CUNHA, L. H. O. & ROUGEULLE, M. D. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba (Paraná)**, São Paulo, 1989. Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico — USP, estudo de caso nº 2, 1989.

DANTAS. M. **Pesquisa qualitativa e quantitativa**. Recife:2006.

DANTAS, Sylvia Duarte. **Diálogos Interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012.

DEMORGON, L. Um modèle global dynamique des cultures et de l'interculturel. In: Demorgon, J. e Lipiansky, E. M. **Guide de l'interculturel en formation**: Paris, 1999.

Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa, 2000, 1ª ed., Editora Objetiva.

DIBBITS, I. **A interculturalidade deve apontar para a atitude de assumir positivamente situação de diversidade cultural.** Revista RETS, n. 6, pp. 2-4, 2010.

DUARTE, João Francisco Junior. **O que é realidade.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

FARIA, Dóris Santos de. **Sustentabilidade ecológica no turismo.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 4 ed. Campinas: Papyrus, 1999.

FENNELL, David A. **Ecoturismo.** São Paulo: Contexto, 2002.

FERREIRA, Luiz Fernando; COUTINHO, Maria do Carmo Barêa. Capacitação profissional em planejamento estratégico para o ecoturismo. **Turismo em análise.**1999.

FERNANDEZ, Fernando Antonio de Souza. **O poema imperfeito: crônicas de biologia, conservação da natureza e seus heróis.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000.

FIGUEIREDO, João Carlos. **Contribuição para a geografia da Ilha do Mel.** 1954. 61 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1954.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e Educação. **Revista Brasileira de Educação.** Santa Catarina, v.1, n. 23, p.18-35, ago. 2003.

FONSECA NETO, José Claro da. **Ecoturismo no litoral do Paraná: caminhos e Descaminhos.** 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná. 2007.

FONSECA, L. M.; PELUSO, M. L. **Identidade e memória na dinâmica das transformações espaciais de Ceilândia – Distrito Federal.** SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE: Londrina, 2005. Disponível em:
<https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/lelton.pdf>. Acesso: 15/09/2015.

FREITAS, Fátima e Silva de. **A diversidade cultural como prática na educação.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

GERHARDT, Tatiane; SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em:
file:///C:/Users/Geovanny/Downloads/13_Livro_Metodos_de_Pesquisa.pdf. Acesso em: 05/11/2014.

GEERTZ, C. **Interpretações das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIANNINI, Paulo César Fonseca. **A erosão na costa leste da Ilha do Mel, Baía de Paranaguá, estado do Paraná:** modelo baseado na distribuição espacial de formas deposicionais e propriedades sedimentológicas. Revista de Geociências, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 18-38, fev. 2004.

GIL, Antonio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODINHO, Maria Inês Lúcia Ferro Pato. **Potenciar o desenvolvimento comunitário através do turismo acessível para todos: Um projeto piloto para a cidade de Beja**. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/3938/1/Projecto_Final_MestradoDCE_M.%C2%AA%20In%C3%AAs%20Godinho.pdf. Acesso em: 21/092014.

GOMES, R. Análise de dados em pesquisa qualitativa. MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de resumos e comunicações científicas**. São Paulo: Avercamp, 2004.

GONZAGA, Carlos Alberto Marçal; DENKEWICZ, Patrícia. Unidades de Conservação, ecoturismo e conflitos socioambientais na Ilha do Mel, Paraná, Brasil. **Revista ADMPG: Gestão Estratégica**, v.7. n 1, 2014.

GOODMAN, Richard. **Aprendendo estatística**. São Paulo: Pioneira.1969.

GUTIÉRREZ, Javier Camacho. Desarrollo comunitario. In: **Eunomía: Revista en cultura de la legalidad**. nº.03, septiembre, 2012/febrero, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny (org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. . 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HANAZAKI, Natalia. **Ecologia de caçaras: uso de recursos e dieta**. 2001. 259 f. Tese (Doutorado em Ecologia). Universidade Estadual de Campinas, 2001.

HARDER, Eduardo. **A constitucionalização dos direitos culturais no brasil e os sentidos de uma perspectiva patrimonial**. 2014. 120 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

HENRY-SILVA, Gustavo Gonzaga. A importância das unidades de conservação na preservação da diversidade biológica. **Revista LOGOS**, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 127-151, out. 2005.

HERMANN, Nadja. Ética, estética e alteridade. In: Trevisan, A. L.; TOMAZETTI, E. M. **Cultura e alteridade: confluências**. Universidade Federal de Santa Maria: Ijuí, 2006.

IAP, INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Plano de manejo: Estação Ecológica da Ilha do Mel, PR**. Curitiba. 1996.

———. Portaria IAP nº. 087, de 19 de Maio de 2005. Curitiba:2005.

———. **Ilha do Mel**. IAP, Curitiba; 2012.

_____. **Plano de Manejo: Parque Estadual da Ilha do Mel.** STCP, Engenharia de Projetos Ltda, (2011).Disponível em:
<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1370>. Acesso: 20/04/2015.

IAPAR. INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Cartas climáticas do Paraná.** Londrina, s/d. Disponível:
<<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=677>>. Acesso: 24-08-2012.

INSTITUTO, ECOBRASIL. **Ecoturismo – Turismo Sustentável.** Manaus, 1993-2009. Disponível em :
<http://www.ecobrasil.org.br/publique/media/acordo_de_mohonk.pdf>. Acesso 24-05-2012

ITCF, INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS DO PARANÁ. **Coletânea de Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel.** Curitiba. 1986.

JUNQUEIRA , Carmen. **Antropologia Indígena:** uma introdução. São Paulo: Educ, 1991.

KEESING, Felix. **Antropologia cultural.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais.** Campinas, SP : Papyrus, 2002.

KRAMER, Sonia. **Entrevistas coletivas:** uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder nas pesquisa em ciências humanas. Cortez: Rio de Janeiro, 2002.

LANGOWISKI, V. B. R. **Contribuição para o estudo dos usos e costumes do praieiro do litoral de Paranaguá,** p. 77-101, s/d.

LAPLANTINE,F. **Aprender Antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LÉVINAS, Emmanuel. **De Deus que vem à ideia.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

MARCÍLIO, M. L. **Caçara:** terra e população. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba, Edições Paulinas/CEDHAL: São Paulo, , 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia.** Uma introdução, São Paulo: Atlas. 2006.

MARTINS, J. **A pesquisa qualitativa em psicologia.** São Paulo: Centauro, 2003.

MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

McMillan, D.; Chavis, D. (1986). **Sense of community:** a definition and theory. *American Journal of Community Psychology*, 14(1), 6-23.

MEMMI, A. **Les flutuactiuions de l'identité culturelle.** Esprit. 1997. (obra citada por HAESBAERT).

MENESES, Paulo. **Etnocentrismo e relativismo cultural: algumas reflexões**. In: Revista Symposium, v. 3, Número Especial. Recife: Unicap, 1999.

MILANO, M. S. **Unidades de Conservação: conceitos e princípios de planejamento e gestão**. Curitiba, FUPEF. 65p., 1989.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, 2010.

Disponível em:

[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downlo
ads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downlo%20ads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf). Acesso em 20-06-2012.

MILTON, Santos. **Por outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003. Disponível em:

<http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/viewFile/51/39>. Acesso: 15/09/2015.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/viewFile/51/39>. Acesso: 15/09/2015.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. (org.). **O desafio do conhecimento**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MINEROPAR. **Unidade de conservação da Ilha do Mel**. Curitiba: Mineropar, 2009. Disponível em: < www.mineropar.pr.gov.br >. Acesso em: 05/09/2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/IBAMA. **SNUC**, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 2000.

MOCELLIN, Daniel Albuquerque. **Bem vindo a Nova Brasília**. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro Ltda, 2012.

MOLAR, Jonathan de Oliveira. **Alteridade: uma noção em construção**. 2008.

Disponível

em:

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/493_215.pdf. Acesso: 20/09/2015.

MORAES, Orozimbo José de. **Economia ambiental: instrumentos econômicos para o desenvolvimento ambiental**. São Paulo: Centauro, 2009.

MORGANTE, P.G. et al. Cataia: muito consumida, pouco conhecida. In: SILVA, R.B.da; MING, L.C. **Polo de Biotecnologia da Mata Atlântica: Relatos de pesquisas e outras experiências vividas no Vale do Ribeira**. Jaboticabal: Maria de Lourdes Brandel - ME, 2010, p.20-40.

MOURÃO, F. A. A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo**. Um estudo de sociologia diferencial. São Paulo, 1971. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, 1971.

- NASH, Dennison. **Anthropology of tourism**. New York: Pergamon, 1996.
- NATIONS, United. **Report of the World Summit o sustainable development**. 2002. Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org/biblioteca/documentos/cupula-mundial-sobre-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 06-06-2012.
- NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S; *et al* **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 51-66.
- OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**: Curitiba, v.5 n°2, p. 205, 2002. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~sirb/crescimento%20e%20desenvolvimento%20texto.pdf>. Acesso em: 17-09-2014.
- OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de. **O conceito antropológico de cultura**, Brasília: Paulus, 2014. Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/000/14/PDF/OconceitoantropologicodeCultura.pdf>. Acesso em 28/01/2015.
- ONO, Maristela Mitsuko. **Cultura e identidade**. 2009. Disponível em: <http://www.designcultura.org/menu/funda/cultu/frame.php?pagina=1&fsc=>. Acesso em: 09/02/2015.
- PACHECO, Joice Oliveira. Identidade Cultural e Alteridade: problematizações necessárias. **Revista eletrônica da UNISC**. Santa Catarina, 2004.
- PANIKKAR, Raimon. **Filosofía y cultura: una relación problemática**. Em FORNET-BETANCOURT, Raúl. *Kuluren der Philosophie*. Aachen: Augustinus, 1996.
- PANOFF, M. & PERRIN, M. **Dicionário de etnologia**. Lisboa: Edições 70, 1973.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Cultura. **Livro tombo histórico**. Curitiba, Coordenadoria de Patrimônio Cultural, Paraná, Brasil, 1990. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59>. Acesso em: 27/05/2012.
- _____. **Lei 16037 de 08 de janeiro de 2009**. Diário Oficial do Estado do Paraná. Disponível em <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&odAto=17537>. Acesso em 21 de maio de 2015.
- _____. **Parecer Técnico de 02 de abril de 2012**. Ponta Oeste - Ilha do Mel, Paranaguá - PR. Secretária de Estado da Cultura Coordenação do Patrimônio Cultural, Curitiba. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br//arquivos/File/parecer_ponta_oeste.pdf. Acesso em: 26/11/2015
- PARREIRA, José Manuel Rodeia Rocha. **"Organizações de base comunitária: que papel no conceito e implementação do desenvolvimento a partir de baixo?"**. Dissertação. Universidade Técnica de Lisboa (Instituto Superior de Economia e Gestão), 2009.

PENNA, Antônio Gomes. **Percepção e Realidade**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1968.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino**. São Paulo: Cortez, 1992.

PERUZZO, Cecilia Maria Krohling. **Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação**: pressupostos epistemológicos e metodológicos. Belo Horizonte - MG, 2003. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_COLOQUIO_peruzzo.pdf. Acesso em: 26 nov. 2015.

PIERRE, Naina e KIM, Milena Kiatkosk. **A Sustentabilidade social como condição para a conservação**. O caso da Ilha Do Mel (Paraná, Brasil). Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT16-767-1065-20080510232741.pdf>>. Acesso em 27/05/2012.

PINHEIRO, Lídia. **Cartilha do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 2001.

PIRES, Paulo dos Santos. **Entendendo o Ecoturismo**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e Silêncio. In. **Estudos Históricos**. 1992. São Paulo. Cpdoc/FGV.

Polèse, M. **Economia Urbana e Regional**. Coimbra: APDR, 1998.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RODRIGUES, Sandra de Paula. **Os desafios para o desenvolvimento sustentável do Município de Goianésia**. 2009, 134 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente) Centro Universitário de Anápolis – Unievangélica, Goiás, 2009.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUFAN, Nadja. **Desenvolvimento e Sustentável**. 2010. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/dupasso/desenvolvimento-sustentavel-3483443>>. Acesso 27-05-2012

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1994.

_____. **Rumo a segunda revolução verde?** VIEIRA, P.; GUERRA, M. (org). Biodiversidade, biotecnologia e ecodesenvolvimento. Anais, Florianópolis/SC, 21-25 p., 1995.

SAMPAIO, T. **O Tupi na geografia nacional**. Brasília, 1987.

SANTOS. H. **Desenvolvimento comunitário**. São Paulo: Cadernos de infância, 2002.

SARASON, S. **The psychological sense of community**: prospects for a community psychology. San Francisco: Jossey-Bass, 1994.

SEMA/IAP. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS / INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Plano de manejo da Estação Ecológica da Ilha do Mel**. Curitiba: Sema, 1996.

SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini. **Viagens à natureza** : turismo, cultura e ambiente. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SETTI, K. **Ubatuba nos cantos das praias**. Estudo do caiçara paulista e de sua produção musical. São Paulo, Ática, 1985.

SIDEKUN, Antonio. Cultura e Alteridade. In: Trevisan, A. L.; TOMAZETTI, E. M. **Cultura e alteridade**: confluências. Ijuí: UFRGS, Rio Grande do Sul, 2006.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. Ed. Contexto – São Paulo; 2006

SILVA, M. **Desenvolvimento comunitário**: uma técnica de progresso social. *Análise Social*, vol.I, (4)547, 1962. Acesso em: 02/02/2015. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155768W1IYC0wp0LI19BR8.pdf>.

SILVEIRA, M. A. Ecoturismo na Ilha do Mel/Paraná. In: **Turismo e Meio Ambiente**, UECE: Fortaleza, v.1. 1998.

SOUZA, Maria Elena Viana. **Pluralismo cultural e multiculturalismo na formação de professores**: espaços para discussões étnicas de alteridade. HISTEDBR. Campinas, 2005.

STREHL, Letícia. **A pesquisa bibliográfica como procedimento de investigação**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/leticia.strehl/pesquisa-bibliografica-presentation>. Acesso em: 26/11/2014.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável**: turismo cultural, ecoturismo e ética. São Paulo: Aleph, 2000. Vol.1

SUESS, Paulo. **A conquista espiritual da américa espanhola**. Petrópolis: Vozes, 1992.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1992.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**. São Paulo, v. 3, nº 3, p. 20-28, setembro de 2009.

TUCUM. Rede Cearense de Turismo Comunitário. **Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism**. Fortaleza, 2008.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Cultura y desarrollo**. 2015. Disponível em: <http://www.unesco.org/> . Acesso em: 10/02/2015.

WALLACE, George N. Administração do visitante: Lições do Parque Nacional de Galápagos. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 1995.

WCED. WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 31-08-2012

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1972, vol.I

WILSON, E. O. Situação Atual da Biodiversidade Biológica. In: WILSON, E. O. & PETER, F. M. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,(p. 3-24), 1997.

APÊNDICES

Roteiros de entrevistas

Público Alvo: população da Ilha do Mel

01 - Como as leis, existentes na Ilha do Mel, afetam sua vida ?

02 - O que mudou em sua vida com a chegada do turismo ? E o que permanece igual ?

03 - O que você pensa sobre a Unidade de Conservação, qual sua relação com ela?

Roteiros de entrevistas

Público Alvo: Instituto Ambiental do Paraná

01 - Qual a relação com a comunidade local ?

02 - Quais as principais reclamações da comunidade local ?

03 - No ponto de vista do Instituto qual é o impacto da Lei 1603/2009 no cotidiano da comunidade local ?

Roteiro de entrevista coletiva

Público Alvo: População Ilha do Mel

01 - Como as leis, existentes na Ilha do Mel, afetam sua vida ?

02 - O que mudou em sua vida com a chegada do turismo ? E o que permanece igual ?

03 - O que você pensa sobre a Unidade de Conservação, qual sua relação com ela?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE,
UNICENTRO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO, PROPEP PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR**

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____ declaro que autorizo a pesquisadora Patrícia Denkewicz a utilizar os meus depoimentos para a elaboração de sua dissertação de mestrado, que se tornará pública e poderá ser lida por qualquer pessoa. Declaro ainda que tenho ciência de que esses depoimentos são única e exclusivamente para finalidades acadêmicas e científicas, não sendo utilizados posteriormente para fins políticos ou de qualquer outra natureza que não seja a declarada.

Tenho ciência de que serei identificado na pesquisa e declaro, outrossim, que presto este depoimento de livre e espontânea vontade, sem ser remunerado.

Assinatura Declarante

Ilha do Mel, ____/____/_____.